

Litescape.pt

# **Sofrimento, resistência e luta Ressonâncias na Literatura Portuguesa do século XX**

Ana Isabel Queiroz (coord.),  
Fernanda Cunha e Isabel Vasconcelos Ferreira



## Ficha técnica

---

© 2013, FCSH/NOVA e autores

FCSH/NOVA, Editora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa

**Título:** Sofrimento, resistência e luta. Ressonâncias na Literatura Portuguesa do século XX.

**Autores:** Ana Isabel Queiroz (coord.), Fernanda Cunha e Isabel Vasconcelos Ferreira

**ISBN:** 978-972-9347-11-5

**Capa e design gráfico:** Paulo A. M. Oliveira

**Imagem da capa:** extracto da obra *Reunião Clandestina*, de Mário Dionísio. Óleo s/ tela, 97 x 130, 1947.

**Edição:** Dezembro de 2013

## Agradecimentos

Agradece-se a Eduarda Dionísio a autorização para a utilização da imagem da capa.

Este trabalho, enquadrado no projecto “Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental” e coordenado pelo IELT - FCSH, foi também financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/ELT/UI0657/2011.

Litescape.pt

## **Sufrimento, resistência e luta Ressonâncias na Literatura Portuguesa do século XX**

Ana Isabel Queiroz (coord.),  
Fernanda Cunha e Isabel Vasconcelos Ferreira





## Índice

---

Introdução, Ana Isabel Queiroz	6
O sofrimento na Primeira República e no Estado Novo - representações na literatura, Fernanda Cunha	11
Resistência e escrita resistente, Isabel Vasconcelos Ferreira	28
Retrato literário da luta pelo pão, pelo trabalho e pela liberdade, Ana Isabel Queiroz	47

## Introdução

Ana Isabel Queiroz

---

As dimensões sociais representadas na Literatura Portuguesa do século XX constituem um contributo relevante para a compreensão dos padrões e dos processos de transformação associados às paisagens rurais e urbanas, objecto de estudo de geógrafos, historiadores ambientais, ecólogos e paisagistas. Também os cientistas sociais têm reconhecido o seu potencial como fonte para a história contemporânea. Em muitas obras literárias, incluindo nos géneros ficcionais, relevam-se tanto os modelos de exploração dos recursos naturais e de edificação, que modularam as paisagens que hoje conhecemos, como aos modelos económicos que afectaram os agentes humanos dessas transformações, determinando as suas condições de trabalho e emprego. Neste contexto, o ambiente político surge ainda como um elemento essencial à compreensão dos fenómenos ambientais e merece ser estudado a partir do texto literário.

*Sofrimento, resistência e luta; Ressonâncias na Literatura Portuguesa do século XX* responde ao desafio lançado ao projecto LIT ESCAPE.PT - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental ([www.paisagensliterarias.ielt.org](http://www.paisagensliterarias.ielt.org)) pela comissão científica do I Congresso sobre os Movimentos Sociais e Operários, realizado na FCSH –Universidade Nova de Lisboa, em Março de 2012. Os textos que agora se publicam são reflexões que se tiveram neste evento uma apresentação preliminar, preparada colectivamente pelas autoras dos três capítulos que se seguem.

Em conjunto, seleccionaram um *corpus* literário constituído por 11 romances do século XX, tomados como exemplos (Tabela 1). São obras que reportam a momentos da História Contemporânea, desde a crise da Monarquia até à Revolução do 25 de Abril de 1974 (Figura 1), incluídas na denominada *literatura de intenção social* - expressão usada por Urbano Tavares Rodrigues (1981) para caracterizar Ferreira de Castro -, *neo-realista* - período datado entre 1935 e 1950 por Alexandre Pinheiro Torres (2002), embora outros se refiram ao seu prolongamento para décadas mais recentes -, e de *realismo ético* - como Vitor Viçoso (2011) classifica a obra de José Rodrigues Migueis. Estas obras distinguem-se do *romance rural* e do *romance de costumes*, produzidos anteriormente sob a influência do naturalismo e do realismo pela integração de «um etnografismo emancipador», onde «o mito edénico» é contrariado

(Viçoso 2009, 16). O *corpus* literário inclui ainda o romance *Levantado do Chão*, de José Saramago, obra mais tardia, onde apesar da voz dada aos mais desfavorecidos, os cânones do neo-realismo são ultrapassados por uma representação carregada de subjectividade e transcendência (Cunha 2011). O estudo foi orientado por uma matriz de investigação que incluiu, como vectores de análise, os conceitos de *sofrimento*, *resistência* e *luta* operacionalmente definidos do seguinte modo:

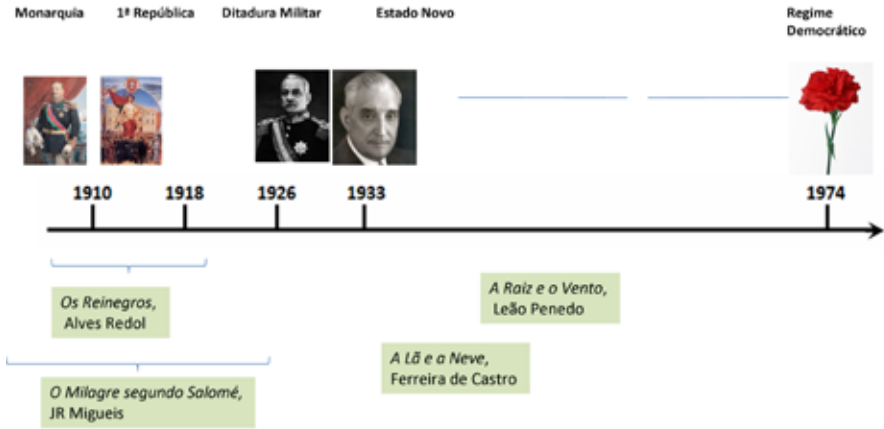
- o *sofrimento* resulta de uma permanente tensão entre o viver e o sobreviver, provocada pela fome, pelas condições de habitação impróprias, pela exposição às duras condições meteorológicas e pelo trabalho, associado à dureza, fadiga e exploração;
- a *resistência* abrange a tomada de consciência da condição social e política, a descrição de actos de contestação espontânea, individual ou colectiva e a esperança na mudança;
- a *luta* corresponde à formação ou acção de movimentos políticos organizados (reuniões, manifestações, greves e outras formas de contestação de massas), a militância e a repressão.

Cada um dos capítulos deste volume, assinado individualmente, trata estes conceitos separadamente, cruzando os seus objectos de análise (os romances) com a historiografia contemporânea produzida em contexto académico. A presença dos escritores e das suas obras resulta, neste contexto, de três exercícios de identificação e colagem dos excertos literários mais exemplificativos da temática respectiva.

Tabela 1 – *Corpus* literário analisado

<b>Autor</b>	<b>Título (data da 1ª edição)</b>
Alves Redol (1911-1969)	<i>Fanga</i> (1943) <i>O Muro Branco</i> (1966) <i>Os Reinegros</i> (1972)
Antunes da Silva (1921-1997)	<i>Suão</i> (1960)
Fernando Namora (1919-1989)	<i>Retalhos da Vida de um Médico</i> , Primeira série (1949) <i>A Noite e a Madrugada</i> (1950)
Ferreira de Castro (1898 – 1974)	<i>A Lã e a Neve</i> (1947)
José Rodrigues Migueis (1901-1980)	<i>O Milagre Segundo Salomé</i> , vol. I e vol. II (1975)
José Saramago (1922-2010)	<i>Levantado do Chão</i> (1980)
Leão Penedo (1916-1976)	<i>A Raiz e o Vento</i> (1953)
Manuel da Fonseca (1911-1993)	<i>Seara de Vento</i> (1958)





**Meio urbano**



Figura 1 – Tempo das narrativas, com distinção dos cenários predominantemente rurais e urbanos nelas descritos

## Bibliografia

CUNHA, Fernanda. *A paisagem e as palavras que lá estão. Levantado do Chão, um romance político*. Lisboa: Apenas Livros, 2012.

RODRIGUES, Urbano Tavares. *Um Novo Olhar sobre o Neo-Realismo*. Lisboa: Moraes, 1981.

TORRES, Alexandre Pinheiro. “Neo-Realismo (1935-1950)”. Óscar Lopes e Maria de Fátima Marinho. *História da Literatura Portuguesa. As correntes Contemporâneas*, vol. 7: 183-234. Lisboa: Publicações Alfa, 2002.

VIÇOSO, Vitor. *A narrativa no movimento neo-realista. As vozes sociais e os universos da ficção*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

VIÇOSO, Vítor. O rural e o urbano no neo-realismo. *Nova Síntese* 4 (2009): 9-21.

## O sofrimento na Primeira República e no Estado Novo - representações na literatura

### Fernanda Cunha

---

É aqui mesmo, sim senhores! [...] É aqui que nasce o Sol que alumia o resto do mundo! Se assim não fosse, nem a gente tinha os sentimentos que tem!  
(*Pouca-Lã*, o poeta popular, *Suão*, de Antunes da Silva)

Num país sempre adiado, silenciado pela censura e reescrito pela propaganda fascista, a nova vaga de escritores, final dos anos trinta do século XX, trouxe a público o quotidiano privado da gente «solta e miúda», expressão de José Saramago (*Levantado do Chão* 14), denunciando a miséria e a humilhação de uma vivência repleta de dor, especialmente na relação com o trabalho, e evidenciando, embora com a descrição própria de um país amordaçado, a luta de classes. Testemunho fiel de uma realidade social excluída dos livros doutrinários, do jornalismo e da política de então, a literatura que nasce contra o regime do Estado Novo, apesar de heterogénea nos traços estéticos individuais dos seus autores, é coincidente nas mensagens de não sujeição e sentimento de confiança na dinâmica das camadas mais desfavorecidas, ganhando lugar próprio no movimento neo-realista, entendido por Eduardo Prado Coelho (*apud* Viçoso 2011) como um movimento estético sobrecarregado pela responsabilidade de ser a expressão possível, em situação de repressão e censura, de um movimento político de resistência ao fascismo.

Vitor Viçoso (2011) atribui a estes romances de intervenção «um propósito de democratização que fazia coexistir a doação da sua voz cultural com a aspiração idealizante de que, mais tarde, o povo passaria de leitor a virtual enunciador das suas próprias narrativas» (12), citando Alves Redol (epígrafe de *Fanga*, 1.<sup>a</sup> edição 1943): «Para vocês fangueiros dos campos da Golegã, escrevi este livro. Que algum dia o possam ler e rectificar – porque o romance da vossa vida só vocês o saberão escrever». Vinte anos mais tarde, Alves Redol assume a sua intenção política:

Na barra da história do meu tempo, este livro é um acto de acusação. [...] Não é difícil entender-se o que escrevo e por que escrevo. E também para quem escrevo. Daí o apontarem-me como um escritor comprometido. Nunca o neguei: é verdade. Mas também é verdade que todos os escritores o são. Não conheço homens assépticos, desodorizados e incolores. Talvez as figuras de cera do Museu Grévin (epígrafe de *Fanga*, sexta edição, 1963).

Na esteira das palavras de Urbano Tavares Rodrigues, escritas a propósito de *Os Reinegros*, de Alves Redol e inscritas na capa do romance («um romance forte e lúcido, de um rigoroso historiador da vida privada»), poder-se-á dizer que também Ferreira de Castro, J. R. Miguéis, Alves Redol, Fernando Namora, Manuel da Fonseca, Antunes Silva e Leão Penedo, entre outros, escrevem romances fortes e lúcidos, sendo rigorosos historiadores da vida privada. Através da pena destes autores, os trabalhadores rurais, os pescadores, os mineiros, os contrabandistas, os emigrantes e, nas cidades, os assalariados, despidos do regionalismo pitoresco atribuído pelos artistas do regime, ganham identidade (nome e sobrenome) e visibilidade na esfera pública. Os escritores intentam, ainda que em ambiente hostil, denunciar as injustiças sobre aqueles que não têm voz. Os seus textos são uma resposta ao ideário nacionalista e à padronização da cultura e das artes, institucionalizados pelo fundador do Estado Novo, António Oliveira Salazar, para quem «politicamente só existe o que o público sabe que existe» (excerto do discurso de inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional, em 26 de Outubro de 1933, *apud* Rosas *et. al.* 1994, 293).

Também José Saramago se revela um rigoroso historiador da vida privada em *Levantado do Chão*, um romance inspirado nas injustiças sociais e nos conflitos entre os camponeses e os latifundiários senhores da terra, e que lembra a ficção neo-realista. A sua narrativa, de intervenção social e política, cumpre os três requisitos que António José Saraiva (1955) atribui a esta corrente literária e que se verificam nos restantes livros em referência, ou seja, contém uma visão integrada dos homens, a consciência do dinamismo da realidade, e o escritor parece identificar-se com as forças transformadoras do mundo. Porém, importa dizer que *Levantado do Chão*, tanto pela forma, rica de subjectividade e oralidade, como pelo conteúdo, uma História que nos ensina *per si*, vai para além da fórmula neo-realista: o autor escreve uma história com vários níveis de subjectividade, pois à paisagem real, ao alcance do olhar do homem, acrescenta mais dois níveis, a paisagem *infra* das formigas trabalhadoras e a paisagem *supra* dos anjos contemplativos; o narrador está sempre comprometido com a acção, impregnando a história com a sua sensibilidade; acresce ainda o facto de o romance ter sido escrito e publicado depois do 25 de Abril, o fenómeno que alterou o cenário político português vivido no romance (Cunha 2012).

Pela sua dimensão ética, as obras em referência (*c.f.* Introdução) assumem a força própria de um livro de intervenção política. Enquanto cultura de resistência, trazem à luz as tensões socioculturais reais, resultantes de um

regime opressivo com nome próprio, num determinado período do tempo histórico português marcado pela pobreza de um povo. Com enfoque na representação de vivências individuais e privadas, as narrativas destes autores versam sobre o colectivo, cumprindo a fórmula *sofrimento-resistência-luta*, as três etapas de um processo que se inicia por uma tomada de consciência individual e privada para culminar na acção colectiva, social e pública. Um processo real confirmado pela História, que a Literatura torna óbvia ao seu leitor. Impregnadas por factores históricos reais, estas obras constituem não somente uma narrativa de esperança (na dimensão política), mas também documentos históricos do imaginário da resistência à ditadura.

No imaginário social das narrativas comprometidas com a transformação do mundo, destaca-se o sofrimento, consequência real de um país herdeiro da crise financeira e da instabilidade política dos finais do século XIX e princípios do século XX, e, posteriormente, amordaçado pelo advento do Estado Novo. Por sofrimento entende-se, no contexto do presente estudo, a permanente tensão entre o viver e o sobreviver, provocada pela fome, pelas condições de habitação impróprias, pela exposição às duras condições meteorológicas; e pelas condições de trabalho, associadas à dureza e fadiga, à exploração e humilhação.

O sofrimento é privado e silencioso, pelo que a sua representação pública através da Literatura tem dois efeitos: a criação de uma consciência de classe (solidariedade entre os que sofrem) e a possibilidade de uma consciência histórica (assumindo-se, neste caso, como um importante contributo para a História Contemporânea). Por outro lado, o sofrimento, pela subjectividade que lhe é inerente, inaugura a estética literária que cada autor procurou incutir na sua obra, numa tentativa consciente de captar o leitor, provável anti-herói de um país amesquinhado, para a importância da resistência e da luta colectiva. É através da sua dimensão estética, que subjectiva e universaliza, que estas obras ganham um carácter intemporal.

Do *corpus* literário em referência, é dado particular destaque a *Os Reinegros* (1972), de Alves Redol, e *Levantado do Chão* (1981), de José Saramago, por ambos se inscreverem num tempo ficcional desfasado do tempo real dos seus autores, um distanciamento que lhes permite dimensionar as narrativas para o seu próprio presente (no caso de *Os Reinegros*, escrito em 1945, em pleno regime fascista) e para o futuro (no caso de *Levantado do Chão*, escrito em 1981, quando o país já respirava democracia). A História é uma preocupação dos autores, que cruzam a ficção com a realidade, sendo a sua

escrita não propriamente a recriação de um passado documentável mas mais a problemática da justiça social e do progresso.

O romance de Alves Redol abarca um período que vai do Regicídio, em 1908, até à revolta monárquica na Serra de Monsanto, em 1919, e conta a história da família *Reinegro*, moradora num bairro lisboeta, durante a instauração da Primeira República. *Alfredo* é um inconformista que se rebela contra a servidão, revelando uma consciência nascente que provém da percepção da importância do colectivo (caso das greves e da solidariedade enquanto resistência à miséria). Porém, fá-lo de um modo inábil, por não saber formular claramente as suas intenções pessoais e políticas. Coloca a sua esperança na implantação da Primeira República e luta por ela, apesar do desencanto. Morre na sequência de uma bala disparada durante a revolução monárquica, «[o] seu sangue regou a terra húmida, enquanto debaixo da ponte a água cantava, seguindo a sua jornada» (*Os Reinegros* 335).

Em *Levantado do Chão*, José Saramago conta a história das quatro gerações da família *Mau-Tempo*, coincidente com a História de setenta e cinco anos de um Alentejo trágico mas mutável. *João Mau-Tempo*, nascido num ambiente de errância e desalento, silêncio e resignação, reflexo de um povo desterritorializado, desalojado e alienado, fatalmente condenado à desumanidade ditada por outros, aos quarenta anos, depois do frio e da fome infantil, depois da fome a redobrar quando adulto, depois de maltratado pelos patrões, é preso e torturado, por reclamar melhor jorna. Inconformado na clandestinidade, representa o tempo das perguntas e da esperança adiada, representa igualmente o tempo da resistência política organizada em surdina, na paisagem alentejana. *João Mau-Tempo* morre aos 67 anos, a dois capítulos do fim, antes do 25 de Abril: «João Mau-Tempo olha vagamente, estão ali os mais chegados parentes e amigos, são três homens e quatro mulheres» (*Levantado do Chão* 348). Quatro gerações, três casais e uma menina-mulher são a linha percorrida pelo escritor para nos desvelar um Alentejo trágico (*Mau-Tempo*) mas mutável.

São testemunhos literários do *sofrimento*, escritos por autores que acreditavam no poder da narrativa para produzir uma literatura de denúncia.

## A fome de dignidade em *Os Reinegros*

O período que se seguiu ao Regicídio é marcado por grandes agitações políticas e fortes convulsões sociais. A instabilidade política resultante do confronto das duas correntes republicanas teve como consequência a dilatação da dívida externa portuguesa e o aumento acentuado do custo de vida ao longo da Primeira República. Instala-se uma forte crise económica que afecta a população, nomeadamente as camadas mais desfavorecidas. As reformas sociais tardam, falta o dinheiro e a disponibilidade de bens essenciais (uma consequência da Primeira Grande Guerra), o povo passa fome e adocece de pneumónica. O operariado português insurge-se através de greves. Este é o cenário real onde se enquadra toda a ficção de *Os Reinegros*, testemunho literário das esferas privada e pública dos habitantes dos bairros de Lisboa, ao longo da segunda década do século XX.

Famílias pobres como a dos *Reinegros* (a maioria da população lisboeta) sujeitavam-se ao trabalho duro, ao qual se associava a humilhação frequentemente perpetrada pelos patrões. *Alfredo Reinegro*, sempre inconformado, passa por vários trabalhos, que intercala com períodos de desemprego e com greves.

Foi carregador de um armazém, transportando às costas ou na carroça, desde madrugada até alta noite, todo o movimento da loja, «como um animal cansado que não sabe negar-se ao chicote» (*Os Reinegros* 50). Demitiu-se: «batia-lhe o coração de incerteza, pela força do hábito de só entrar ali para ouvir ralhos, e agora, pela primeira vez, ter de defrontar o Sr. Almeida, dizendo-lhe que não trabalhava mais. Eram três anos de humildade a lutar contra as suas razões» (55). Foi servente numa obra da Avenida D. Amélia. Embora «cansado, trôpego das pernas e abatido dos braços» (77) de carregar pedras, subir e descer o andaime, a *Alfredo* sobrava-lhe tempo para descansar o corpo ou ir reunir-se com os seus amigos, à noite. Sentia-se homem, «qualquer dia passaria a ser Reibranco» (79), dissera-lhe a mulher. A esperança acompanha *Alfredo*, e o inconformismo também. *Alfredo* abandona o trabalho de servente por não conseguir suportar a imagem da morte do seu companheiro *Caibém*, que um dia caiu mal do andaime onde se encontrava a trabalhar, «o sangue empapara a terra da rua e aquela mancha não desaparecia» (149). Procura trabalho nas descargas do porto, tendo conseguido entrar num turno de loiças, como eram conhecidos os descarregadores de Lisboa, e dali só sairá se for chamado para os ternos dos descarregadores de mar e terra, pois não se arrisca a ficar sem

emprego novamente: «A tarefa era dura, em cargas a granel, principalmente de carvão e cereais, mas não tinha outro remédio, porque ser remonta pedia conhecimento de encarregado e ele era novilho no ofício» (192).

Para pessoas como *Alfredo*, sem formação que os habilitasse a uma profissão, restava-lhes o trabalho duro. *Alfredo* andava já «um pouco dobrado, como todos os homens da descarga, quando uns anos de trabalho lhes começam a pesar» (250). O narrador descreve-nos a dureza daquele trabalho. Quando se tratava de descarregar o carvão, alguns saltavam para dentro do porão, enterravam os pés no coque, que lhes feriam as canelas, e com «movimentos ordenados, atiravam às pazadas de coque, braços e corpos naquela cadência, como autómatos impelidos pela mesma máquina» (254). Carregavam os baldes, que seriam recolhidos por uma máquina e despejados em terra. O pó do carvão invadia a atmosfera e «os enchedores respiravam-no, metidos naquele inferno negro» (255): «Os baldes iam e vinham mais depressa. O trabalho não podia parar. Tinham as pernas ensanguentadas, mas ali não havia queixas - quem não quisesse dar-lhe bem que não se metesse nas filas para ser contado» (257). Quando chegava a hora do almoço, comiam ali mesmo, em cima do carvão: «Abriam os saquinhos, acompanhando com rodela de cebola o naco do pão, que se lhes enrolava na boca e, muitas vezes, acabavam por atirar fora. Deitavam-se depois para juntar forças, respirando o pó negro que os sufocava» (257). Depois, era até o dia terminar. Por cima das suas cabeças, «a tonelada de coque ameaçava-os, mas ninguém cuidava de precauções. O balde lá ia, a baloiçar, e os cabos levavam-no orientados pela guia» (258). Em casa, *Alfredo* jantava sopa aguada, «se tu soubesses ... um pedacinho de carne é um dinheirão» (274). Como conduto, um bocado de linguiça com pão e uma garrafa de vinho.

Devido ao elevado custo dos bens de primeira necessidade, a má alimentação (que tinha o nome de fome) era uma realidade portuguesa. Os orçamentos das famílias eram demasiado baixos para fazer face à carestia de vida. A classe operária era analfabeta, pobre, mal alimentada e mal alojada. A rudeza, atitude que surge frequentemente ao longo da narrativa, fazia parte das suas vidas, assim como o vinho, bebido em tabernas.

O dinheiro ganho por *Alfredo* não chegava para as necessidades básicas da sua família. A *Júlia Reinegro* restava-lhe o trabalho a dias. Lavava para fora, aproveitando os momentos livres em que não estava a trabalhar nas casas das patroas: «arranjara a roupa dum café e duns estudantes que tinham quarto em casa de uma senhora da Rua da Imprensa, aproveitando todos os bocados em



que não estava com tonturas para se agarrar à tábua e ao sabão» (59).

*Júlia* é o exemplo do sofrimento por excesso de trabalho. Interrompendo apenas por três dias, quando nasceu o primeiro filho, pois a pobreza impunha-se, Quando se aproximava da selha e tocava a água com a ponta dos dedos, um grande calafrio corria-lhe a pele, para a deixar ainda mais abatida. Aquecia o café nas brasas, arregaçava as mangas da blusa e atirava com os braços para dentro da selha, cerrando os maxilares e enrijando o corpo... “Agora tinha um filho e não podia esperar. O futuro de que o marido falava era uma história bonita de mais para ser verdadeira. Só tinha de confiar em si, já que a féria que ele trazia no sábado era escassa” (97).

A fome marcava presença e o sofrimento oprimia o peito de *Júlia*. Já grande para poder mamar, o seu filho tinha para comer apenas uma «açordinha, muito rala» (100):

O relógio beliscava-a com o seu tique taque áspero; as horas desdobravam-se num longo martírio. Ouvia o filho chorar, chorar por ela, e logo numa poça de sangue, só sangue – era vermelha a água com que lavava o sobrado da senhora que ia receber visitas. Queria abalar escada abaixo, correr até à casa da Mãe Maria, para saber tudo, uni-lo ao seu peito e calá-lo, embalando-o numa cantiga (102-103).

*Chico Reinegro* passou a comer «só açorda e a chupar numa chucha de pano com açúcar dentro» (106), enquanto ela trabalhava para lhe poder dar sustento. Quando engravidou da filha, considerou a possibilidade de abortar. A vizinha *Peladas* dissera-lhe: «- Isso com salsa costuma ir [...] Se não for com salsa, sai tudo com um talo de nabiça. É como eu me descarrego» (138). Tentou, mas o bebé resistiu. Pensou em matar-se:

Levou o indicador e o polegar ao pescoço, para ensaiar o acto de libertação. Depois mirou-os bem, parecendo que lhes ficara qualquer coisa agarrada, negra e vermelha, restos de um corpo, gemidos abafados, súplicas e maldições. Um grande arrepio pô-la de pé, logo rodeada de vultos que gritavam. Secaram-se-lhe os lábios; o peito arfante queria rebentar de ansiedade (142).

O sofrimento era a condição das mulheres dos bairros pobres de Lisboa, onde morava *Júlia*: as que não trabalhavam nas casas burguesas, lavavam ou costuravam para fora (caso da menina *Aida*), eram parteiras (como *Rosália*), amas (como *Mãe Maria*), mulheres que vendiam o corpo nos prostíbulos (como *Mafalda*), operárias (caso da *Luísa* que já tinha trabalhado numa fábrica, ganhando agora o sustento como moça numa casa do Bairro Alto), ou varinas, ou carregavam, à cesta, carvão para as fragatas, o que lhes deixava as «pernas

deformadas, seios descaídos e mãos duras» (253). Frequentemente vítimas de violência doméstica, «[i]sso com as mulheres é abrir-lhes logo uma marrafa na cabeça... Até miam...» (81), aceitavam a sua condição: «Lá me dá a sua [diz *Peladas*], mas não é daquela maneira. Também, homem que não bate na mulher ou é maricas ou não gosta dela» (87). Quando sofriam abusos, não lhes era permitido qualquer queixa. Depois de forçada pelo filho da patroa, *Júlia* apenas disse ao marido, justificando a sua demissão: «-Querem uma mulher que faça mais horas» (160).

*Júlia* não é feliz no casamento. A pobreza pesa-lhe, envelhece, refugia-se dentro de si, num pensamento adúltero que só ela conhece, sempre à procura de um sonho romântico-sentimental: «Os filhos e o marido eram sombras movendo-se sem destino na morbidez da sua indiferença – abdicava, arrastando consigo afectos e ódios. Ficava de fora de todos os acontecimentos, como se fosse um bloco fechado a ecos e a sensações» (219).

A relação com *Alfredo* e com os filhos é desigual, ora cuidadora ora despiciente. Como esposa, é incapaz de resolver a relação com o marido. Não se encontram nos interesses nem nos desejos mais íntimos. Mas há um momento de comunhão entre o casal, quando *Júlia*, mulher mãe, reúne forças dentro de si e lidera um dos assaltos a uma loja, exigindo o direito à vida: «- QUEREMOS PÃO! QUEREMOS COMER!» (313). Atrás dela caminhavam os rotos, os descalços e famintos, crianças definhadas, «precoces de velhice, lado a lado com mulheres de mil ofícios, em cujos rostos se gravavam existências esquecidas» (313). Ao seu lado, o marido, orgulhoso: « - Ah, mulher!... – ciciava-lhe o seu Alfredo, com os olhos marejados de lágrimas. Naquele momento o passado não existia (314).

Com o advento da Primeira Grande Guerra, *Alfredo* viu-se sem trabalho:

«[o] movimento dos navios diminuiu e a maioria dos homens que ali trabalhavam antes, entravam agora em rixas, para conseguir uma senha de um dia de trabalho: Atiraram-se ao chão; agatanharam-se; lutaram uns com os outros; por causa de uma senha; e imprecavam; batiam-se; empurravam-se» (300).

«[a]queles papéis eram o pão para muitos que não ganhavam havia semanas. E todos perdiam a consciência de homens. Ganhava aquele dia. E os outros dias? E os filhos? Andava ali como se não tivesse família. Não havia trabalho e só ia a casa, já noite dentro, quando todos dormiam; obrigava-se a sair de madrugada, só para não os ver» (302).

O narrador torna a descrever a dureza do trabalho de descarregador, desta vez

de um navio cheio de trigo:

Enterrados em trigo até às coxas, só os braços e os rins se moviam, obrigando-os a um esforço maior [...] “Mal comido, quem é que tem forças para aquilo? ... (302).

Com a continuação do trabalho, ninguém se via [...] ouvia-se tossir e escarrar – pulmões a desfazerem-se. [...] Punham lenços na boca, mas a poeira devassava tudo – empastava-lhes a saliva, penetrava-lhes nas narinas, cegava-lhes os olhos. Falavam uns para os outros a gracejar, e queriam rir – mas tossiam mais. [...] Ali mesmo faziam as necessidades mais urgentes, entre galhofas dos camaradas. Os braços de ferro dos aparelhos não se cansavam nunca. Suados, de peito a resfolegar, os homens mal tinham uma trégua (303).

*Alfredo* não aguenta. Passou a navalha três vezes entre o polegar e o indicador. Gritaram « - Homem ferido! [...] Mais um para o “Tota”!» (305). O “Tota” era como, na gíria, se chamava a companhia de seguros. Ganhavam uma semana de fêria certa e descansavam o corpo.

A guerra sentiu-se em casa e no trabalho. Passava semanas sem trabalho e envergonhava-se de não o ter, de não poder alimentar a sua própria família:

Andava escanzelado, fato de ganga a dançar-lhe no corpo magro, barba crescida e sem vontade de viver (294), [c]ravava o seu cigarro a algum camarada mais abonado ou recolhia à socapa as pontas que achava na rua. Tivera nojo primeiro, mas por fim até lhe sabiam melhor do que os cigarros de onça (295).

Alfredo considerou emigrar, à semelhança de muitos portugueses que, há época, partiam em massa para o Brasil e para os Estados Unidos, os destinos preferenciais:

[S]e um barco daqueles fosse para longe e se o levasse... Acabava com aquela vida de miséria. Abalar? E para onde?... Talvez para o inferno! E a família? Que ficasse por aí... Era bom falar. A mulher era o menos, que se arranjasse. Não lhe faltavam os braços para trabalhar. Mas o Chico... E o outro?... Ainda por cima, o outro. Tinha de levar vida de cão, desse lá por onde desse (181).

O trabalho infantil, real na Lisboa republicana do início do século XX, tem lugar na narrativa de Redol, através dos filhos dos *Reinegro*. *Chico*, ainda gaiato, distribui os jornais que não sabe ler: o *Século* e *Notícias*. O pai já lhe havia dito que depois da guerra iria para o picanço (picar as caldeiras dos navios). *Chico* gostava da ideia e juntava dinheiro para comprar um fato-macaco... «seria outra pessoa» (317). À *Felicidade*, ainda demasiado pequena, cabia-lhe

tomar conta dos dois irmãos mais novos e ir todos os dias buscar a sopa, a *O Século*, apoio social real, criado com a ajuda das paróquias, em 1917. A acção social tinha como objectivo combater a escassez e o aumento do custo dos alimentos, provocados pela Primeira Grande Guerra. Os *Reinegro*, exemplo de grande parte da população de Lisboa, dependiam da caridade para sobreviver. No capítulo XXVIII surge a pneumónica, que «alastrava, numa ceifa aterradora» (326) e fez desaparecer aldeias e famílias inteiras, mas não atingiu os *Reinegro*. *Júlia* e os filhos celebram o final do conflito na Europa, apesar da pneumónica, das prisões cheias e da fome (331). Porém, para *Alfredo* a sua guerra ainda não havia terminado. A esperança na República levava-o, mais uma vez para a linha da frente. Não sobreviveu ao tiro mortal, durante a revolução monárquica, em Monsanto. «Um republicano chamado rei não está a calhar» (109), haviam-lhe dito, uma vez, ao que ele respondera: « - Rei não. Reinegro é que é?» (109).

Nas suas reflexões, *Alfredo* questiona-se acerca das suas opções:

E se não fosse aquele o caminho? Lá que o povo rebentava de fome, tinha ele a certeza. Era o seu caso e, afinal, o de todos os outros que trabalhavam. Mas teria de ser sempre assim? Enganara-se com a república. Não se enganaria também agora? Aquele anarquista... O outro sindicalista ... O outro socialista... E mais... Os republicanos a dizerem ainda que o seu governo era o povo. Falavam-lhe em filiações e não sabia o que fazer (248).

Porque havia de se meter naquele emaranhado de ideias? A sua vida chegava-lhe bem para o atormentar. Tinha os filhos, a mulher... Qualquer dia mais outro. Mas era tudo isso que formava a vida e era, afinal, o que o obrigava a comportar-se assim. [...] Ele, quando andava amargurado, atirava-se para a luta com entusiasmo, protestava nos comícios ... e ficava mais leve. Aquele peso saía-lhe de cima, inundado de uma fé que o fazia esquecer as angústias por muitos dias (285).

Alves Redol não coloca datas nos factos reais que traz para *Os Reinegros*. Talvez por lhe interessar mais a questão social e política e não tanto a histórica. Talvez porque esteja a pensar nos anos quarenta, quando descreve a pobreza e a injustiça que marca a população daquela Lisboa de anos diferentes. Talvez intente contrapor um horizonte de esperança, apesar de todo o sofrimento que recai sobre as gentes do seu tempo, através de *Alfredo*, que o consegue. A consciência nascente que surge na personagem ajuda-o a superar o desencanto que lhe trouxe a República. A sua morte no final significa a luta, *até à morte*, por um ideal colectivo: «lá no alto havia de nascer a primavera de todos, eles

[os seus filhos] esperavam que Iha levasse ainda naquela manhã» (335). O romance *Os Reineiros* veio a público em 1970, numa edição póstuma.

### **A fome de terra<sup>1</sup>, em *Levantado do Chão***

A uniformidade de peneplanícies, de onde ressaltam, dispersas e afastadas, massas montanhosas de fraca altitude, com excepção das serras de São Mamede e Marvão; a qualidade dos solos; a amenidade do clima e o acesso à água dão um carácter único à geografia do Alentejo e modelam de forma muito particular as sociedades humanas, que se organizaram em torno do latifúndio. Uma geografia humana herdada dos romanos e distinta, por via do regime de propriedade, das demais regiões: a sede da grande propriedade (*uilla + fundus*) era habitada pelo proprietário e sua família e por um grande número de dependentes, servos ou escravos, que asseguravam os trabalhos domésticos e agrícolas (Cunha 2012). As searas são as principais responsáveis pela uniformidade da paisagem alentejana, um espelho do sistema agrícola. As árvores, com destaque para o sobreiro, as culturas arvenses e as pastagens fazem parte do triplo vértice do sistema produtivo que desenha a paisagem alentejana. O Alentejo é, deste modo, desenhado pelas mãos dos homens, mãos que, «por fado de vida, tendem com o tempo a fechar-se, feitas ao cabo da enxada e da foice ou da gadanha» (12). A terra não lhes pertence, pois é sempre dividida do «maior para o grande» ou do «grande para o maior» (13). Os únicos nomes que valem são os registados na matriz predial. O escritor faz coincidir a realidade com a ficção: a história dos *Mau-Tempo* decorre nos primeiros 75 anos do século XX e o seu início coincide com o período de influência da Lei dos Cereais, atravessa a Campanha do Trigo e a década de abandono das terras, terminando no início da Reforma Agrária.

Os trabalhadores do campo partilham com os operários e trabalhadores da cidade o sofrimento físico e emocional, resultante do trabalho pesado, da carga horária excessiva, da humilhação, dos baixos salários e das habitações exíguas e insalubres. Mas ao trabalho rural acresce a sujeição às condições climáticas extremas e aos períodos de pousio, durante os quais não há trabalho. O chão é a metáfora de Saramago, uma metáfora política que reforça a condição humilhante do trabalhador rural, totalmente dependente e vergado sobre a terra, devido às características do trabalho rural e à sua condição social, confundindo-se com a natureza, tal como os demais animais. Estamos perante um povo desterritorializado, desalojado e alienado, fatalmente condenado

à desumanidade ditada por outros. De sua escolha, apenas a morte, como aconteceu com *Domingos Mau-Tempo*, ou a resistência e luta, como veio a verificar-se com *João Mau-Tempo* e seus filhos.

*Domingos Mau-Tempo* e sua esposa, *Sara da Conceição*, são contemporâneos de *Alfredo* e *Júlia Reinegro*, porém, os modos de vida e de sofrer são distintos. *Domingos Mau-Tempo*, sapateiro de profissão, leva uma vida de errância, arrastando a família consigo. Por diversas vezes foi maltês, por diversas vezes abandonou a família. Como companhia, teve o vinho e o desalento, encontrando a morte à sua própria mão. A *Sara da Conceição* restava-lhe a resignação e a maternidade possível. Situação comum às mulheres do campo, caladas no seu sofrer. Ao contrário das mulheres da cidade, são: «passageiras sombras ou às vezes indispensáveis interlocutoras, coro feminino, de costume caladas, por ser grande o peso da carga ou da barriga ou então mães dolorosas por várias razões» (183).

A República derrotou a Monarquia, mas não alterou a vida dos trabalhadores rurais nem das suas famílias. Também a guerra na Europa foi indiferente a Monte Lavre: «Guerras também as havia ali, e não pequenas, todo o dia a trabalhar, se trabalho havia, todo o dia a ganhar de fome, houvesse ou não houvesse. Só as mortes não eram tantas, e no geral os corpos iam para a cova inteiros» (48).

*João Mau-Tempo*, o filho do casal, aprendera algumas letras mas vira-se obrigado a deixar a escola para trabalhar no campo. Aos dez anos, arrastando o enxadão, quase maior que ele, trabalhava horas a fio, «mas as crianças, senhor [questiona o narrador], porque lhes dais tanta dor» (53): «tudo é tão confuso, tão espesso o sono, tão sem norte os gestos, que provavelmente já de enxadão às costas sai da enxerga, já de tamancos, maquina primitiva de um só movimento, levantar o enxadão e deixar cair, onde estão as forças» (55). O trabalho do campo tem os papéis bem definidos. Aos trabalhadores rurais, homens, mulheres e crianças, cabe-lhes tirar as raízes da terra, através das arrancas, das arroteias e das surribas; lavrar a terra para dar lugar à semente do trigo, ceifar a terra, para colher o trigo; descortçar os sobreiros, à força. Tudo à força de braços e pernas. Aos olhos do latifúndio, os trabalhadores são objectos de uso, meros instrumentos, máquinas de trabalho:

Estes homens e estas mulheres nasceram para trabalhar, são gado inteiro ou gado rachado, saem ou tiram-nos das barrigas das mães, põem-nos a crescer de qualquer maneira, tanto faz, preciso é que venham a ter força e destreza de mãos, [...] são cepos ambulantes que quando chegam ao trabalho a si próprios se sacodem e da rigidez do corpo fazem sair dois braços e duas pernas que

vão e vêm, por aqui se vê a que ponto chegaram as bondades e a competência do Criador, obrando tão perfeitos instrumentos de cava e ceifa, de monda e serventia geral (327).

As máquinas trazem maior dureza ao trabalho dos homens, tal como acontece com *Alfredo Reinegro*, enquanto descarregador no porto, e como se verifica agora com os homens que trabalham com a debulhadora:

A boca da máquina é um vulcão para dentro, um gasgarro de gigante, e é o mais velho dos cinco que mais tempo a alimenta. Os outros fazem subir os frascais, giram como doidos naquela perdição de palha miúda, levam o trigo seco e áspero, os caules rijos, a espiga barbaçuda, o pó, onde vai já o verde tenríssimo da seara quando é primavera e a terra parece realmente o paraíso. Porém, não se aguenta este fogo. Desce o mais velho, sobe um dos novos, e a máquina é como um poço sem fundo. Só falta meter-lhe um homem dentro. Assim o pão apareceria com a sua justa cor vermelha, e não, de inocente branco ou pardo neutro.[...] Vem o capataz e diz, Tu vais para a moinha. É a moinha aquele monstro sem peso, aquela palha poalha que se infiltra pelas ventas e as entope, que se mete por tudo quanto é abertura da roupa e se agarra à pele, uma pasta de lama, e a comichão, senhores, e a sede (99-100).

Um naco de pão, toucinho, azeitonas, meio carapau, uma púcara de café, litradas de água para iludir o estômago, algum pássaro caçado, ainda em tempo de eira, ou fruta roubada, chouriços, paios e bocados de lombo mendigados, são a base da alimentação dos *Mau-Tempo*. Mas, se acontece não haver trabalho, não lhes resta outra alternativa senão recorrerem à natureza selvagem e à mendicidade, para poderem ter, como qualquer «cristão», um prato de comida na mesa:

[A] natureza é pródiga, teta abundante que em cada valado se derrama, Vamos nós aos cardos, aos catacuses, aos agriões, e digam-nos depois se há melhores modos de vida. Quem diz catacuses, diz espinafres, há vista, tudo é um, só no paladar se nota, mas cozido, refogadozinho com uma cebola que ainda resta, com licença se arrotei. E há os cardos. Ripa-me aí esses cardos, junta-lhe dez bagos de arroz, é um banquete, é servido, senhor padre Agamedes, quem levou a carne pode levar os ossos (186).

As estações do ano marcam a cadência do trabalho rural, que é sazonal. Durante o pousio, parte-se para outras terras, em busca de trabalho noutras paragens, como os «ratinhos», que se juntam à dúzia de homens, às vezes ganapos à mistura, e revoam para os campos alagadiços dos arrozais ou para os descampados do Alentejo. Ou então, arrisca-se o contrabando:

Primeiro os mais moços, depois as mulheres, e por fim, os homens. Vão

caravanas pelos caminhos, à procura de um salário miserável. Não se vêem nestas alturas feitores nem capatazes nem manajeiros, muito menos se veriam patrões, todos fechados em suas casas, ou longe na capital e noutros resguardos. A terra é só crosta seca ou lamaçal, não importa. Cozem-se ervas, vive-se disso, e os olhos ardem, o estômago faz-se tambor, e vêm as longas, dolorosas diarreias, o abandono do corpo que se desfaz de si próprio, fétido, canga insuportável. Apetece morrer, e há quem morra (56).

As casas rurais assemelham-se entre si: só parede e porta. Descrever a casa de *Gracinda e Manuel Espada*, em *Levantado do Chão*, é descrever todas elas:

Casa, têm, a que cabia no bolso que a havia de pagar, tão pequeno o bolso, tão pequena a casa, de renda, para não se julgar que Gracinda Mau-Tempo e Manuel Espada iriam pôr-se a dizer, esta casa é nossa, a vontade é até disfarçar, Moro por aí, em qualquer lado, e jogar aos quatro cantinhos ou ao trapo queimado, salvo se isso são jogos de escola e de cidade, para que não saiba ninguém onde moro, nesta casa que é só parede e porta, uma divisão em baixo e outra em cima, uma escadinha que treme quando lhe ponho o pé, e o lume apagado quando estivermos ausentes (216).

Os velhos, incapazes de trabalhar, são «sucata»: «os depósitos desta sucata chamam-se cemitérios, ou então senta-se a máquina nos portais, toda ela ferrujosa e gemente, a ver passar coisa nenhuma, olhando apenas as mãos tristíssimas, quem me viu e quem me vê» (327).

### **O medo, em *Levantado do Chão***

No desenrolar da história dos *Mau-Tempo*, chegamos ao Estado Novo, o regime que não autoriza qualquer oposição política. As greves, como instrumento de luta para melhoria das condições de trabalho, tão frequentes na História da Primeira República, não eram agora autorizadas. Qualquer opositor, ou suspeito de opositor ao regime, era preso e torturado, sem direito a defesa. À humilhação e fome juntam-se as angústias e as injustiças, que permanecem na sombra durante gerações. As vozes calam-se porque uma nova forma de sofrimento surgira: o medo.

Para além da guerra, da peste e da fome, os males do latifúndio, há agora um quarto mal, a que o narrador personifica nas «feras da terra» (118). Têm três rostos: o do latifúndio, dono da terra; o da guarda, que tem por missão defender a propriedade no seu geral e o latifúndio no seu particular; e o da polícia política, o rosto terceiro que Saramago descreve com uma forte metáfora:



Em todas as cidades, em todas as vilas, em todas as aldeias e lugares, este cavalo está e passeia com os seus olhos de chumbo e as suas patas que são iguais às mãos e aos pés dos homens, mas de homem não são. [...] É um cavalo que rebenta as portas das casas a coice, come à mesa do latifúndio com o padre Agamedes e joga às cartas com a guarda enquanto o poldro Bom-Tempo dá patadas na cabeça do preso. Por cidades, vila, aldeias e todos os mais lugares os cavalos encontram-se, relincham, esfregam os focinhos uns nos outros, trocam segredos e denúncias, inventam violências persuasivas e persuasões violentas, e por causa disto mesmo já todos vimos que não pertencem à raça cavalar (119).

«Olé» -assim começa e termina o capítulo décimo sétimo de *Levantado do Chão*, que descreve a tortura e morte privadas de *Germano Vidigal*, que, à semelhança de *José Adelino dos Santos*, é uma personagem real da resistência anti-fascista (Saramago dedica-lhes o romance). O coveiro confirmará a verdade das formigas, únicas testemunhas da violência sobre *Vidigal*:

É verdade que o corpo que além está foi enforcado, é verdade que no estado em que se encontrava não teria forças para enforcar-se, é verdade que tem as partes todas rebentadas, é verdade que todo ele é uma pasta de sangue, é verdade que nem depois de morto se lhe reduziram os matulos das pancadas, tamanho de ovos de perdiz, e é verdade que por muito menos teria eu morrido, e mais estou habituado à morte (178).

Em *Levantado do Chão*, o mundo tem apenas a perspectiva do latifúndio, reforçada pelas duas dimensões colectivas: a fé (igreja) e a lei (governo). Os três poderes concorrem para a subjugação da classe trabalhadora à vontade do latifúndio.

Não haverá mais vida que este arrastamento, bicho que ao cimo da terra compadreja com outros bichos, os domésticos e os ariscos, os úteis e os nocivos, e ele próprio, com seus semelhantes humanos, tratado como nocivo ou útil, consoante as necessidades do latifúndio, agora te quero, agora te aborreço (56).

O escritor denuncia a opressão do latifúndio sobre o trabalhador rural e a sua família, sem haver lugar à esperança. Apenas sofrimento. Porém, contra a tríade do poder, começa a surgir uma luta organizada. O medo talvez tenha sido o princípio inspirador da acção política clandestina, a única forma de luta possível (uma luta silenciosa).

O tempo ficcional em *Levantado do Chão* caminha em paralelo ao tempo real, medido através dos acontecimentos histórico-políticos do século XX, que o autor vai introduzindo na ficção, como são exemplos: a chegada da República,

a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil de Espanha, o atentado à bomba contra Salazar, a Segunda Guerra Mundial, a derrota de Humberto Delgado, a fuga dos presos políticos em Peniche, o assalto ao navio Santa Maria, a perda do Estado Português da Índia, a guerra colonial na Guiné e em Angola, a Revolução dos Cravos. O sujeito do romance, na dupla orientação individual e colectiva, está localizado num espaço definido e num tempo concreto. É clara a intenção de Saramago: uma reflexão política a partir do Alentejo. A subjectividade atrevida do texto de Saramago e a ausência de datas, como acontece em relação aos factos reais mencionados em *Os Reineiros*, torna universal e intemporal a mensagem política implícita no texto, que Saramago arremessa para o futuro: ou seja, a importância de uma consciência política colectiva.

### **Considerações finais**

Ao resgatar para a História as pequenas histórias humanas de anti-heróis (gente comum), estas obras tornam-se testemunhos directos do quotidiano privado e social de grande parte da população portuguesa da Primeira República e do Estado Novo. A linguagem narrativa ou poética, comprometida com a transformação do mundo, concede-lhes lugar próprio nas esferas da literatura e da política.

<sup>1</sup> A expressão *fome de terra* é de Manuel de Perez Yruela, *apud* Fernando Oliveira Baptista (1993).

## Bibliografia

- ANTUNES, da Silva. *Suão*. Lisboa: Portugalia, 1960.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- CUNHA, Fernanda. *A paisagem e as palavras que lá estão. Levantado do Chão, um romance político*. Lisboa: Apenas-Livros, 2012.
- REDOL, Alves. *Os Reinegros*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- ROSAS, Fernando Martins, Fernando; Amaral, Luciano do; Rollo, Maria Fernanda. O Estado Novo nos anos 30. José Mattoso (dir.). *O Estado Novo (1926-1974), História de Portugal, 7º volume*, 243-299. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.
- SARAIVA, António José. [artigo] *O Comércio do Porto*, 1 de Novembro de 1955.
- SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*, 16.ª ed.. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- VIÇOSO, Vitor. A Narrativa no Movimento Neo-Realista. *As Vozes Sociais e os Universos da Ficção*. Lisboa: Colibri, 2011.

**Fernanda Cunha** é licenciada em Biologia e mestre em Filosofia da Natureza e do Ambiente e tem pós-graduação em Ciências da Educação. Trabalha no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Colabora no projecto LITESCPE.PT - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental. Interessa-se pelas questões filosóficas e políticas subjacentes à Literatura.

## Resistência e escrita resistente

Isabel Vasconcelos Ferreira

---

Não se admirem destes torneios finos, que na tropa não se aprende só a matar, quem muito o quiser aprende a ler, a escrever e a contar, com isto já se pode começar a perceber o mundo e um bocadinho da vida, que não é só nascer, trabalhar e morrer, às vezes temos de fazer levantamento de rancho [...] (*Levantado do Chão* 224).

Quem assim fala é *António Mau-Tempo*, filho mais velho de *João Mau-Tempo*, que nos dá conta do que é resistência. A resistência de quem toma consciência da situação social, política e de classe. A resistência de quem não colabora, de quem reage, de quem afronta o poder. A resistência de quem tem esperança na mudança. Sobre *Levantado do Chão*, de José Saramago, escreve-se:

No Alentejo sufocado pela ditadura nunca seria possível falar livremente em qualquer espaço público, o verdadeiro *locus* da política. Muitas vezes, as pequenas histórias, algumas verdadeiras e outras alegóricas, eram partilhadas em ambientes restritos, substituindo o discurso político. Duas histórias, com peso político, foram contadas no casamento de Gracinda, e revestem-se de uma importância especial, na medida em que são reveladoras da essência da acção política implícita em *Levantado do Chão*: resistência à adversidade e firmeza. A primeira delas, contada por António Mau-Tempo, é passada no quartel, quando os soldados se recusaram a comer o rancho e, sob a ameaça da mão armada dos superiores, se recusaram também a desmobilizar da formação: «fui o da ideia e nisso tenho muita honra, a gente só sabe a diferença depois de ter feito estas coisas» (226). As armas não chegaram a ser disparadas. Para António Mau-Tempo, a maior vitória não foi ter sido melhorado o rancho mas sim ter tido a percepção do colectivo e da sua importância na viabilização do mundo. Na casa emprestada para a boda, António Mau-Tempo afirmou a importância do saber ler, escrever e contar, e negou a condenação à desigualdade, da qual os trabalhadores eram vítimas por nascimento (Cunha 2012, 20).

Este conceito de resistência está presente no conjunto das obras literárias analisadas, que pertencem maioritariamente ao neorrealismo, corrente artística que se constitui ela própria como uma forma de resistência, se entendida como testemunho de uma realidade que se quer denunciar, como corrente socialmente comprometida e interveniente, que via na literatura, como noutras formas de expressão artística, um contributo para uma mudança de paradigma social.

Alves Redol, nome maior do neorrealismo, deixa-o bem claro num prefácio à

sua obra *Fanga*, 20 anos após a 1ª edição, quando promete afrontar o Estado Novo, chapando verdades «a corrosivo nos lombos da besta»:

Na barra da história do meu tempo, este livro é um acto de acusação. Jurei pela minha honra dizer a verdade e só a verdade. Tenho-o feito lealmente, sem baixar os olhos. Todos sabem o que eu amo, todos sabem o que me repugna. Não é difícil entender-se o que escrevo e por que escrevo. E também para quem escrevo. Daí o apontarem-me como um escritor comprometido. Nunca o neguei: é verdade (31).

Resistência era tudo o que o Estado Novo não queria.

A política era um assunto maldito, de quem se queria meter em confusões, impróprio de um “bom chefe de família”.

Sobretudo depois da criação do Secretariado de Propaganda Nacional (1933), a que haveria de suceder o Secretariado Nacional de Informação (1945), toda a propaganda oficial tinha como função a criação de um ideário nacionalista em que pontuava a aparência de um país pobrezinho mas honrado, orgulhosamente só, um país «onde certos lares são como presépios, onde a terra chega a parecer, em certas manhãs diáfanas, um arrabalde do céu, onde não há febres nem ambições doentias» (Rosas 1986, 157)

Era a “política do espírito” de António Ferro, que louvava as glórias de Salazar, no governo como na obra feita, tendo como ponto alto a Exposição do Mundo Português, de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial. Aos cidadãos cabia obedecer, a “virtude” estava no trabalho.

Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever (Alocação de Salazar, em 1936, nas Comemorações do “Ano X da Revolução Nacional”, *apud* Rosas 1994, 292).

Por oposição a esta visão, que formatava as mentalidades, forçando a resignação ou, quando muito, a resistência passiva de quem vê mas cala, a escrita neorrealista vai assumir o carácter de resistência activa à ditadura, trazendo para primeiro plano a dureza dos cenários laborais e dando voz a personagens até aí silenciosas, os trabalhadores. A descrição do sofrimento e das difíceis condições de vida e de trabalho é, por vezes, quase etnográfica, como em Alves Redol ou Fernando Namora, que investigaram e viveram no meio rural que serve de contexto à maioria das suas obras. A evocação de factos reais, como em *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca, ou de acontecimentos

históricos, como em *Os Reineiros*, de Alves Redol, por outro lado, convocam memórias para contrariar o silêncio e desconstruir o discurso oficial.

Esta resistência é ainda mais significativa se considerarmos que, à excepção de *Levantado do Chão*, de José Saramago e de *O Milagre Segundo Salomé*, vol. I e II, de José Rodrigues Miguéis, as primeiras edições das obras analisadas foram publicadas durante o Estado Novo e, por conseguinte, sob a alçada da censura.

Baptista-Bastos, no seu prefácio a *Seara de Vento*, datado de 27 de Novembro de 1974 (11ª edição), dá-nos conta da difícil relação dos escritores neorrealistas com a censura:

*Seara de Vento* surgia com o Alentejo em greve contra os grandes latifundiários. *Seara de Vento* surgia quando a repressão atingia fases de paroxismo. *Seara de Vento* era o livro de um homem que se recusava a ser espectador dos acontecimentos. A primeira edição esgotou-se em meses. A segunda foi rapidamente apreendida pelos tartufos fascistas. Deixara de pertencer à especificidade literária para fazer parte integrante da saga colectiva (15).

Criada em 1926, pela Ditadura Militar, a censura prévia veio a constituir a instituição que mais tempo vigorou na II República.

Alberto Arons de Carvalho, na sua obra *A Censura e as Leis de Imprensa* (1973), dá-nos conta que logo «[a] 24 de Junho desse ano, os jornais inserem pela primeira vez a frase: “Este número foi visado pela Comissão de Censura”» (37). Instituída pelos Decretos 11 839, de 5-7-1926, e 12 008, de 29-7-1926, veio a ser regulamentada posteriormente por Salazar, através do Decreto-Lei nº 22 469, de 11-04-1933. Os seus objectivos são claros: limitar a liberdade de expressão, reforçando a propaganda que pretendia tolher a reacção, acomodando os espíritos ao regime. Dos jornais aos livros, da pintura ao teatro, a censura evitava que uma ideia diferente daquele mar de falsas aparências visse a luz do dia; *a posteriori*, punia-se o que tinha escapado ao trabalho diligente do lápis azul.

O primeiro alvo eram as publicações periódicas, que tinham de submeter diariamente ao parecer da Comissão de Censura todo o seu conteúdo, dos artigos às fotos, dos anúncios ao boletim meteorológico ou às palavras cruzadas. E quanto maior a tiragem, maior o rigor. No regresso às redacções, os exemplares ostentavam dois carimbos: o célebre “Visto” e outro que ditava a publicação (“Autorizado”), a publicação com cortes (“Autorizado parcialmente”) ou a não publicação (“Proibido”).

O próprio Salazar, num discurso proferido a 1 de Julho de 1958, na sede da

União Nacional, assume o carácter censório do regime:

Eu compreendo que a Censura molesta um pouco os jornais, mesmo independentemente de quaisquer deslizes ou falhas de apreciação mas não há dúvida de que a sua existência tem permitido uma segurança de trabalho e até uma liberdade de acção – o que parece contraditório mas não é – que não vemos noutros regimes supostamente mais liberais. (*apud* Carvalho 403)

A censura aos livros, como ao teatro, à pintura ou às exposições, era muitas vezes exercida a posteriori, de forma punitiva. As obras eram retiradas do mercado e os seus autores, chegavam a ser julgados em tribunal, como foi o caso emblemático de Aquilino Ribeiro, pela publicação do romance “*Quando os Lobos Uivam*” (1959).

Este processo é bem paradigmático da natureza do regime de Salazar. Naquela obra é retratada uma revolta de agricultores, nas beiras, contra a expropriação de baldios para florestação, decretada pelo Estado Novo nos finais dos anos 40, assim como a brutal repressão que sobre ela se abateu: muitos homens foram mortos, feridos ou presos.

Ainda abalado pela candidatura de Humberto Delgado e temendo grande agitação social e política, o regime quer fazer do processo contra Aquilino Ribeiro um caso exemplar. No entanto, a enorme repercussão interna e externa deste atentado contra a liberdade de criação e expressão de um dos nomes maiores da literatura portuguesa leva a um recuo, no final do julgamento, sendo decretada a amnistia do processo:

A violência repressiva é utilizada “com a maior dureza”. Mas o que nela mais avulta é o modo como se exprime, sobretudo através da vilania da injúria e da insinuação contra quem está “*com grilhões nos pulsos*” (como bem vincara Aquilino no prefácio daquele seu livro).

O que bem se entende. Num país em que quase um terço da população era mantida no analfabetismo, eis que o mais conceituado prosador, homem já de 73 anos, ousara vir a terreiro defender os povos e denunciar os seus algozes: e em escassos três meses esgotaram-se 9.000 exemplares do seu livro!

Na época, poucas edições iam além dos 1.000 exemplares e só muito raramente, como era designadamente o caso de outras obras de Aquilino, atingiam tiragens da ordem dos dois a quatro mil exemplares (Caldeira e Andringa 1994, 25).

A censura constituiu-se assim como um dos mais eficazes pilares do Estado Novo enquanto regime opressivo, vigorando até ao 25 de Abril de 1974.

Como nos dá conta José Brandão, « [s]egundo afirmou, em 1984, a Comissão do Livro Negro do Fascismo, foram proibidas durante o regime Salazar/Caetano

cerca de 3300 obras». E apesar das esperanças depositadas na possível abertura marcelista, «[u]m dos últimos relatórios da actividade da Comissão de Censura, referente a Janeiro de 1974, indica quase centena e meia de títulos retirados do mercado em apenas um mês.» (Vidas Lusófonas, webpage).

A poucos meses do 25 de Abril de 1974, o então ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, ordenava à polícia política para “dedicar um cuidado particular ao imediato cumprimento das seguintes instruções:”

1 - Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos – pornográficos ou subversivos;

2 - Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição; (...)

5 - Organizar a visita regular às livrarias de todo o País para sequestro de livros; revistas e cartazes suspeitos e para apreensão dos que já estão proibidos pela Direcção dos Serviços de Censura;

E como se a censura não fosse suficiente, muitas vezes a Polícia assaltava as casas dos escritores, as gráficas ou os editores levando tudo o que vinha a jeito.

De uma só vez, a editora Europa-América teve 73 mil livros apreendidos e 23 títulos proibidos. A “caça” começou no dia 14 de Junho de 1965. Durante quatro dias deram volta a tudo. Regressaram no dia 23. Agora com carros que cercaram todo o edifício de Mem Martins e levaram toda aquela quantidade de livros. Em dinheiro da altura, o prejuízo andou pelo menos na ordem dos 700 contos. Para a grande maioria dos editores portugueses, nesse tempo, tal situação era a ruína completa (*idem*).

Com Marcelo Caetano, aquando do debate da Lei de Imprensa na Assembleia Nacional (1971), é exigida a liberdade de informação e expressão através de um abaixo-assinado subscrito, entre outros, por Antunes da Silva, Fernando Namora, Ferreira de Castro, José Saramago e Manuel da Fonseca.

Entre os títulos proibidos de 1933 a 1974, e para apenas referir autores analisados neste trabalho, figuram: *Marés* (1941), *Gaibéus* (1939), *Os Homens e as Sombras* (1951), *A Barca dos Sete Lemes* (1958), *Uma Fenda na Muralha* (1959), de Alves Redol, *Cerromaior* (1943) e *Seara de Vento* (1958), de Manuel da Fonseca, *Domingo à Tarde* (1961), de Fernando Namora, e *Esta Terra que é Nossa* (1955) e *Terra do Nosso Pão* (1964), de Antunes da Silva.

O que visava a censura? Assegurar que o que era publicado não beliscava o regime e os valores morais em que assentava. É assim que o leque de temas era vasto: das referências ao socialismo e comunismo, à contestação política, ao colonialismo, aos presos políticos, à pobreza e às desigualdades sociais,



até à religião, à emancipação da mulher, à moral e ao erotismo e sexualidade. Em *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro, é clara a denúncia da censura e do risco associado a certos livros:

- Eu sei que tu és bom rapaz, mas, às vezes, sem se querer, faz-se mal aos outros. Tu já percebeste, com certeza, que não se pode andar para aí a falar nos livros que nós lemos ou a mostrá-los a torto e a direito. Eles não têm mal nenhum, mas se se soubesse que nós os tínhamos... Tu compreendes? Já fui uma vez preso por menos... (*A Lã e a Neve* 144)

Tantos eram os condicionalismos que Ferreira de Castro afirma numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, em 17 de Novembro de 1945:

Escrever assim é uma verdadeira tortura. Porque o mal não está apenas no que a censura proíbe mas também no receio do que ela pode proibir. Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho – e essa invisível, incorpórea presença tira-nos toda a espontaneidade, corta-nos todo o *élan*, obriga-nos a mascarar o nosso pensamento, quando não a abandoná-lo, sempre com aquela obsessão: «Eles deixarão passar isto?». Acontece, às vezes, que nós nos sentimos puerilmente ricos, compensados de todos os esforços, só porque encontramos um conceito original, uma frase de bom talhe, uma cena bem traçada. Vamos, depois, a reler e verificamos que temos de nos despojar dessa pequena riqueza literária, que constitui a verdadeira recompensa de quem escreve, porque ela entrou, mesmo sem o querermos, em domínios proibidos. E – zás – toca a cortar, a substituir, a mastigar, a estragar! Eu não desejo aos que têm ideias diferentes das minhas, e que escrevem, uma tortura como esta que tem sido infligida aos escritores que não pertencem à actual situação política (*apud* Centro de Estudos Ferreira de Castro, webpage).

É neste contexto que, na escrita neorrealista, adquire especial importância o silêncio, o subentendido, o sugerido, o simbólico, como forma de expressar o difícil equilíbrio entre a esperança e a repressão.

Como o vento, “[r]umorosa às sacudidelas bruscas, a ventania corre livremente.” (25), no início de *Seara de Vento*, ou em *Suão*, em ambos simbolizando a adversidade e a violência associadas à miséria.

O vento arrasta-se, galgando sebes e colinas, cobarde, galdério, teatral, ateadado pela fome dos desertos, e entranha-se nas goelas, penetra nos ouvidos e nos olhos dos camponeses, tornando-os irremediavelmente parados e vencidos no seio da grande planície.

A aragem doentia vem e queima os prados aráveis, mirra as folhas espalmadas dos sobreiros, avança pelos plainos como um eco de maldição.

Quem acode aos montes? Quem acode aos camponeses? (*Suão* 251)

Cegueira e trevas são vulgarmente associadas ao regime do Estado Novo. Por contraponto, a metáfora da luz representa a liberdade. José Saramago, ele próprio esclarecido sobre a vivência no latifúndio, após um contacto com os camponeses, leva-nos até aos momentos luminosos das primeiras vivências em liberdade. Em Monte Lavre, *Maria Adelaide* reencontra-se com o seu pai *Manuel Espada*, há muito na clandestinidade:

Então não vens, é como se tivesse vivido sempre com os olhos fechados e agora, enfim, os tivesse abrido, primeiro tem de saber o que é a luz, são coisas que sempre levam mais tempo a explicar do que a sentir, a prova é que quando chegar a Monte Lavre e se abraçar ao pai descobrirá que sabia tudo da vida dele, embora em casa não se falasse senão por meias e disfarçadas palavras (*Levantado do Chão* 353).

Subentendidas são também as referências ao Partido Comunista Português e à actividade dos seus militantes.

Em *Seara de Vento*, é a esta organização que se refere o vocábulo “eles”, usado por *Mariana* para explicar à avó a força que tem um povo unido e organizado. «- Eles ensinaram-me, avó. Sei agora o que dantes não sabia, e pus-me logo a seu lado. Eles ensinaram-me que esta vida que levamos é um crime» (119). Também *Pedro Lourenço*, em *O Muro Branco*, de Alves Redol, é o militante a quem é proibido dar tal nome mas que a bicicleta denuncia:

Pedro Lourenço pedala pela noite dentro.

Tira da algibeira um bocado de pão com linguiça e põe-se a comê-lo em grandes dentadas, que depois mastiga devagar. Quando atingir a curva da estrada onde uma bica de pedra escorre um fio de água, irá parar, beber uma boa golada e depois molhar a cabeça, para que a fadiga das duas noites perdidas se acalme. De vez em quando adormece em cima do selim, percebe, que a bicicleta deu uma curva para o meio da estrada e assusta-se. Já teria quinado em cheio se aparecesse algum carro ou caminhão do outro lado. O que lhe vale é que por ali passa pouca gente.

Assobia, põe-se a pedalar com gana a ver se disfarça a fadiga. Precisa de chegar à barca de passagem do Ruivo antes de amanhecer; adivinha que o procuram, recebeu o recado do Zé Miguel, e esse gajo anda de água e pucarinho com os tipos da Câmara, sabe o que eles pensam, anda ao serviço deles, mas não esqueceu a amizade de primos e de antigos camaradas, ainda bem, talvez não tenha apodrecido de todo (*O Muro Branco* 239).

## Consciência de classe

A luta de classes corporiza-se na relação violenta entre personagens. Em todas as obras um conflito, aberto ou latente, reproduz a violência da dominação económica, social e política de agrários e patrões sobre seareiros, fangueiros, camponeses ou operários.

Da dura vida no latifúndio alentejano à miséria sentida em Lisboa após a implantação da República; da dureza do trabalho na fanga da Golegã e nas terras raianas à fome sentida no Ribatejo ou na Lisboa do pós-guerra, emergem personagens que tomam consciência da sua situação de classe.

São as classes mais desfavorecidas, os estratos mais vulneráveis da população que vão povoar o universo das obras neorrealistas, um universo de conflitualidade social, com especial incidência no mundo rural, o seareiro, o fangueiro, o camponês, mas também o operário.

*Seara de Vento* foi publicado em 1958, num momento especialmente duro para os rurais alentejanos: desemprego, fome, repressão. Manuel da Fonseca inspirou-se num acontecimento que ocorreu em 1932 na aldeia da Trindade, concelho de Serpa, distrito de Beja: o assassinato, pela Guarda Nacional Republicana, de António Dias Matos, operário agrícola.

*António de Valmurado*, o *Palma*, figura central desta obra, é filho de um seareiro que se enforcou por não encarar a perda da terra e a ruína para que foi empurrado pelo grande latifúndio, proletarização a que só se fugia através da migração para as cidades ou da emigração. Privado da parcela de terra que o pai perdera, já só possui o casebre miserável em que vive com a família. Acusado de um crime que não cometeu, sem trabalho nem meio de sustentar a família, o desespero impele-o para o contrabando pois o seu orgulho de seareiro impede-o de pedir ou deixar que alguém da sua família peça esmola. O *Palma* é um homem só que ousa enfrentar os poderosos, latifundiários e a Guarda Nacional Republicana, pelas suas próprias mãos, e sucumbe.

Em toda a família a consciência de classe desponta. Para a mulher e a sogra, a fronteira entre lavradores e trabalhadores é clara:

(...) Isto deu uma grande volta... Aquela raça dos lavradores antigos acabou-se. Os de hoje, se muito têm, mais desejam. Moram nas vilas, põem casa às amantes na cidade, não dão um passo sem ser de automóvel, inventam festas, não há cinemas nem teatros a que faltem. E para um estadão destes é preciso dinheiro e mais dinheiro. Nunca se fartam. Por isso é que eles açulam os feitores às canelas do pessoal, que nem o deixam respirar. Agora é tudo à má cara e de relógio na mão.

Júlia curva-se, movendo a cabeça.

- Uns tão ricos e outros sem nada... Até devia haver uma lei contra isto.

- Haver o quê?!... Estás parva. Pois se os ricos é que fazem as leis! (*Seara de Vento* 63)

Em *Fanga*, de Alves Redol, também *Manuel Caixinha* se apercebe desta realidade: «[n]a Requeixada fazia-se fanga a sete, o que quer dizer que o dono da terra recebe sete partes na colheita, ao passo que o trabalhador só tem uma parte.» (16); «[b]em vistas as coisas, o meu pai e outros tinham de trabalhar para o senhor Soromenho passear na Golegã e ainda para outro senhor gastar em Lisboa» (82). E debate-se, partilhando o dilema de fagueiros e seareiros, cada vez mais empurrados para a revolta pelo desespero da fome:

Manuel Caixinha lutara aquele tempo com os dois homens que guardava dentro de si. O alugado revoltava-se com o trabalho oferecido para regalo do Falcão, entendendo que era preferível passar pior, mas não entrar em contratos daqueles. Se os outros continuavam, era preciso que um desse o exemplo e lhes fizesse sentir o trato a que os submetiam. O fagueiro, por seu lado, entendia que o mundo assim não se endireitava e cada um devia amealhar para si, procurando libertar-se da praça. Que não era justo o que se recebia, mas que já assim era há longos anos e ele só não podia resolver a situação de todos (335-336).

*Caixinha* aprende a ler com *Josefino Barra* um «dos poucos trabalhadores da Golegã que sabia ler e tinha fama de discutir com doutores em coisas complicadas» (63).

A sua consciência de classe vai-se forjando apoiada nos livros, alicerçada numa «ferramenta nova que lhe tinham dado, a de se pôr a raciocinar. Com ele de facto percebia coisas que até então ignorava...» (231)

Também *Alfredo Reinegro*, em plena revolução da implantação da República, «[m]eteu a mão no bolso do casaco para sentir de novo o contacto do jornal. Não se conteve sem o tirar, acendendo um fósforo, para mais uma vez olhar as letras negras de *O Mundo*, em que se dava conta dos acontecimentos das últimas horas. Não sabia ler, mas só revê-las lhe transmitia a certeza do destino que se jogava na cidade» (170).

A alusão à elevadíssima taxa de analfabetismo é clara. Segundo Rómulo de Carvalho (1986), essa taxa média era de 67,8% em 1930 e de 59,4% em 1940. Em 1970, a taxa ainda é de 25,7% (PORDATA, webpage consultada em Outubro de 2013).

Mais uma vez, a escrita neorrealista se constitui como depoimento, testemunho,

denúncia de uma realidade injusta e opressiva, que se pretendia contrapor ao discurso oficial.

O analfabetismo, sinal do obscurantismo do regime do Estado Novo, constitui contudo uma limitação à acção dos intelectuais, ao seu peso enquanto resistentes activos ao regime: as suas obras chegavam a um reduzido número de cidadãos, e seguramente ainda mais reduzido entre as classes trabalhadoras, o que dificultava a sua contribuição para uma consciencialização de classe.

Fernando Namora, agora na raia do contrabando - «O contrabando era o ofício imposto pelas encrencas da vida.» (*A Noite e a Madrugada* 36) -, também nos dá conta desta consciência de classe:

A gente mais apessoada da vila chamava ao concelho «o estado livre do Maranhão», tal o desprante com que os caciques, tendo por detrás os senhores da lavoura, punham e dispunham do governo daqueles sítios arraianos. Os camponeses conheciam a vila através dos fiscais, das décimas, dos papéis afixados no adro. Estado livre do Maranhão, um estado de autoridades esfomeadas (*idem* 45).

Em *Os Reinegros*, de Alves Redol, o cenário é urbano. No período compreendido entre 1908 e 1919, um assalariado, *Alfredo Reinegro*, é atraído pelos ideais republicanos, tenta encontrar-lhes o sentido, começa por acreditar que a república é para os explorados.

Ao longo dos acontecimentos, e enquanto luta pelo sustento da família, vai adquirindo consciência como trabalhador proletário a quem nada mais resta que a venda da sua força de trabalho.

Quando o seu colega *Caibem* morre ao cair de um andaime, ele não adere logo ao boicote à obra, mas depois penitencia-se: «Amarelo o quê?! Eu não podia adivinhar mas agora percebo que fiz mal. Nunca mais sucede outra. Quando quiserem, eu cá estou, ‘hã?!» (161). Durante a tomada de decisão sobre uma greve, grita: «- Nem que vá eu sozinho! Amarelo é que não quero ser!» (202) Fica pensativo sobre uma frase de um manifesto que ouviu ler: “O POVO SÓ PODE CONTAR CONSIGO!” (206). Luta contra o desengano que vai sentindo: «- Tens fome? Patas de cavalo é muito bom.» (203)

«- Liberdade de matar os outros à fome também é para eles uma das liberdades da república. Cambada!» (213)

Sente uma grande desilusão quando se apercebe que um líder que admirava, o *Luís Polidor* da Carbonária, é agora um “cartola” que critica a actuação dos operários.

Em *O Muro Branco*, Alves Redol cria um anti-herói. A personagem central, Zé

*Miguel Rico*, subiu na vida à custa do contrabando durante a segunda guerra e não hesita em esquecer ou ignorar as suas origens para tentar ser aceite no mundo dos proprietários, ricos e poderosos. Priva de perto com os poderosos, corrompe, colabora com a polícia. *Zé Miguel* é confrontado pela mãe, que lhe lembra as suas origens, em que os ideais republicanos sobressaem:

- Andas a brincar com a fome dos outros, Zé Miguel! - ralhou a mãe quando o apanhou à mão de semear.

- Também vossemecê está contra mim? ...

- Só quero que te lembres da cama onde nasceste, filho. É pra teu bem que te falo assim! As pessoas como tu não devem abusar... Um dia os pobres cansam-se, e quando os pobres se cansam, ninguém os aguenta.

(...)

- Mas parece que te estás a esquecer, Zé!... Lembra-te que o teu avô Atouguia foi dos primeiros republicanos cá do sítio. Em um homem capaz e de vergonha.

- E eu não sou?! ...

- A ajudares como ajudas os que tiram o comer à boca dos pobres, não te digo que o sejas, filho! Não foi pra esses caminhos que te criei, acredita. Vossemecês até passam coisas dentro das jaulas dos toiros que o *Saca-Rolhas* te aluga.

- Quem lhe disse uma coisa dessas?

- Tudo se sabe, Zé, tudo se sabe. A verdade é como o azeite: mais tarde ou mais cedo vem sempre à tona de água. Não te esqueças disso.. (227).

Em *A Raiz e o Vento*, de Leão Penedo, o protagonista, a quem não é dado nome, embora todas as outras personagens o tenham, tem memórias de infância de quando era criado numa casa de prostituição, onde viveu com a mãe; esta morre de cancro quando ele ainda é estudante de medicina, pois a mãe pagava-lhe uma mesada para que ele viesse a ser doutor; fica sozinho e tenta trabalhar para viver.

Hoje, seria chamado um jovem à procura do primeiro emprego. Vive a miséria, a fome e a falta de emprego até se tornar um sem-abrigo.

O sofrimento extremo aguça-lhe a consciência; a crítica aos governantes está implícita:

Ninguém nos incomoda por não comermos durante quatro ou cinco dias, ou até se deixarmos pura e simplesmente de comer. Que eu saiba nunca nenhum polícia se dirigiu a qualquer transeunte advertindo-o de que era proibido passar mais de vinte e quatro horas sem comer e “ou o senhor vai almoçar ou levo-o já para a esquadra!”.

Com o quarto não sucede o mesmo. Aqui, sim, o cívico intervém. De dia ainda vá que não vá, sobretudo se a pessoa se apresenta bem composta, se tem aquele ar tranquilo de quem possui um quarto. Neste caso, pode dormir um nadinho nos bancos do jardim, ensaiar até a sua sesta após o almoço. Quantas

vezes o polícia não gostaria de fazer o mesmo? Mas aí se tem os cabelos compridos, as calças sem vincos, a barba de dois ou três dias! É vadio pela certa. Vadio, pois quê? E um vadio não pode dormir. Livre-se disso! Um vadio tem de permanecer sempre de olho alerta. Tolerar que se sente, que se recoste um pouco naqueles bancos pintadinhos de verde, já não é nada mau. Agora dormir, não. Não, não e não! Porventura o polícia é culpado das pessoas não terem quarto? E eu sou? Ora se nem ele nem eu somos culpados, quem é? Sim, porque alguém há-de ter culpas de haver pessoas sem quarto... (150)

## Reacção

A tomada de consciência, ora mais espontânea, ora mais informada, alicerça a reacção ao sofrimento e à injustiça, individual ou colectiva.

Uma vez que o neorealismo se constitui como forma de resistência activa, nas suas obras vamos encontrar o que o lápis azul cortava nos jornais: alusão a roubos de fruta ou de lenha e cortiça; sabotagens e cortes de estrada; assaltos a herdades ou casas comerciais; manifestações junto das Câmaras para pedir pão e trabalho; luta por melhores salários nas praças de jorna; greves; protestos, etc.

No Alentejo de *Seara de Vento*, o *Palma* reage à acusação falsa lançada sobre si:

Abana a cabeça com desespero, atira o braço para diante.

- O medo, o medo... Ah, se nós todos, um dia!...

(...)

- Comigo nunca! Hei-de defender-me até que me oiçam!

- Que te oiçam?!...

(...)

- Quer queiram ou não! – (...) - Que julgam?! Prenderam-me por gatuno, tiraram-me o pão, levaram a Júlia a matar-se, e ainda queriam que eu ficasse mudo e quedo?

- Mas... como hás-de tu conseguir que te oiçam?

- Hão-de ouvir, venha quem vier, não-de ouvir-me! (229)

Isolado, só, acossado, vinga-se a tiro de caçadeira do latifundiário que falsamente o acusara. Depois, encurralado no seu casebre, resiste à investida da GNR, sendo morto a tiro.

Na Golegã de *Fanga*, *Manuel Caixinha* converte a sua consciência em solidariedade para com os mais frágeis: quando ajuda uma velhota que quase era apanhada a roubar fruta; quando se recusa a ganhar mais que outro assalariado:

- Vá lá, diabo. Chega-te aqui. Dou-te cinquenta e pagas quarenta ao outro.
- Ó seu João ... Vossemecê acha-me capaz de fazer isso a um camarada?! O trabalho é o mesmo.
- Mastuê que puxas. Não há por aí gadanheiro melhor que tu. Se quiseres ficar como manajeiro da casa em serviços de gadanha... Não sejas parvo.
- Lá para puxavante não sirvo, seu João. Nem p'ra isso nem p'ra guarda. Obrigado pela lembrança. Se eu ganhar cinquenta, o meu camarada ganha outros cinquenta (304).

*Manuel Caixinha* também ajuda o companheiro de trabalho mais fraco. Debaixo de um sol abrasador, cambaleando o companheiro não quer desistir pois tem família para sustentar mas ele faz o trabalho pelos dois.

- Eh Bagulho! Larga isso, homem!
- (...)
- Eu já posso, Manel. Tenho de ganhar a minha parte.
- Ainda posso pelos dois, camarada. O Zé Custódio cortou num dia quinze alqueires e eu não me hei-de ficar atrás. Os teus filhos me pagam isso mais tarde.
- E o abegão?
- Isto fica entre os dois; Com este sol não se atreve até cá (314).

Assim foge ao destino do pai que, no desespero de se ver incapaz de sustentar a família, traíra os companheiros e se suicidara, como explica o *Barra*:

- Lá porque naquele dia, em que se não pegou no trabalho, lhe deram mais dinheiro, o teu pai e mais uns poucos ajustaram-se, sem ter em conta os companheiros. Fui eu que falei ao teu pai, quando soube do seu passo. Foi diabo! Pegámo-nos de conversa azeda, mais para aqui, mais para ali, embora eu quisesse levá-lo a bem, pois já lhe conhecia o feitio arisco, se as coisas corriam atravessadas. Não houve meio de o convencer. Ele bem percebia que eu tinha razão, disse-mo mais tarde, mas estava de maus azeites e deu-lhe para contrariar os companheiros, sem ter em conta outro motivo que não fosse a satisfação da sua rebeldia tola (195).

A reacção colectiva dos ceifeiros marca presença em *O Muro Branco*: nos anos que se seguem à guerra, e em que a fome é muita, marcham até à Câmara para pedir pão.

Já muitos chegaram à vila, que os estranha, em pequenos grupos silenciosos, inquietos; adivinha-se uma estranha agitação por detrás daquela tristeza por onde se arrastam graves e arrebatados.

Das aldeias do Norte também chega mais gente.

Vêm todos com os fatos de trabalho, de calças remendadas e camisas manchadas pelo suor; alguns trazem as alfaias, enxadas e foices, como se



quisessem lembrar que não vai ali qualquer rebanho de pedintes. Não, não vêm por esmola, é preciso que o entendam quantos os interrogam com o olhar. Os barqueiros dos gasolinas começam a notar, só agora, que o movimento se assemelha a certos sábados quando o pessoal vem a casa. Os ceifeiros chegam ao cais e entretêm-se por ali, à espera. Os homens metem-se nas tabernas, pedem um copo de dois para passar o tempo e não despertar suspeitas; as mulheres vão até ao mercado, onde se confundem com as outras que se aviam. Algumas trazem os filhos consigo, mas não arranjam paciência para lhes aturar as birras ou os pedidos de fruta e doces; aquilo é um desafio permanente às crianças, que não percebem o que se passa, e rabujam, e rezingam, ih, senhores!, tanta coisa boa!, para que têm olhos os pobres? (244)

O velho *Parra*, em *A Noite e a Madrugada*, de Fernando Namora, não aceita que lhe tirem a terra, no Pomar: «Não se enxotam assim três Parras juntos» (50). Quer reagir «Com uma arma, um homem tem outro respeito» (61). Enfrenta o feitor: «[o] velho Parra sentiu que o feitor iria conhecer-lhe na cara a resolução tomada nesse dia pela comunidade, a revolta, a ira, o ódio de alguns que já tinham perdido o jeito resignado» (212).

Em Lisboa, a mulher do *Alfredo Reinegro*, *Júlia*, conduz a multidão num assalto a estabelecimentos comerciais «tudo devassado por aquela onda de fome» (*Os Reinegros* 314). Até ali ela não percebia porque é que o marido se metia nos movimentos políticos e reclamava. No entanto, as fortes condições de penúria, a fome dos filhos, levam-na a tomar consciência de que é preciso agir, «estranha agora daquela força que lhe nascera na alma e parecia alheia a si mesma» (*ibidem*). Reclama-se: «- QUEREMOS PÃO! QUEREMOS COMER!» (*ibidem*)

Redol caracteriza estas reacções: «Os movimentos de protesto, as greves, os assaltos aos estabelecimentos, eram as respostas de um povo que queria viver e se sentia esmagado em nome dos princípios que só eram fins (*idem* 315)».

## E a esperança?

Nas narrativas analisadas, a esperança reside na transformação do mundo pelo colectivo, quer de forma explícita, quer em pequenos apontamentos implícitos ou apenas sugeridos.

O suicídio, por contraponto, é apresentado como fenómeno individual de revolta, símbolo de isolamento, da resignação. Assim é com o pai de *Caixinha*, em *Fanga*, que não suportou a indignidade da miséria e a lembrança de ter traído os companheiros a troco de uns tostões. Assim é, em *Seara de Vento*,

com *Joaquim de Valmurado*, seareiro que perdeu a terra, ou com *Júlia*, que se enforca na prisão, no desespero dos remorsos de ter denunciado o marido. Também o *Palma* ousou enfrentar os poderosos mas é um homem só e sucumbe.

Já a sua filha, *Mariana*, representa uma outra consciência: a da força do colectivo e do poder do povo organizado. Ela vai a reuniões clandestinas, lê certos papéis, participa em acções colectivas, como a ida à vila pedir trabalho, e acredita num futuro sem miséria.

- Afinal... que querem vocês?

- Acabar com isto. Acabar com esta miséria em que vivemos. Nós e os outros. Mariana avança para a porta.

- Eles ensinaram-me, avó. Sei agora o que dantes não sabia, e pus-me logo a seu lado. Eles ensinaram-me que esta vida que levamos é um crime.

- Olha a grande novidade!... – No rosto da velha paira um ar de sincera decepção. - Que é um crime sei eu!

- E que é que já fez em toda a sua vida para acabar com ele? (119)

Entre estas duas figuras, pai e filha, situa-se a avó, *Amanda Carrusca*. Revoltada, cheia de ódio, consumida pela fome de décadas, mas também muito receosa de tudo o que não conhece, como as ideias que vai percebendo das conversas com a neta *Mariana*. Descrê, critica-a, tenta demovê-la. Mas a sua história de ódio e revolta coloca-a do lado do genro, contra a GNR. Na cena final, após a morte do *Palma*, cravejado de balas, *Amanda Carrusca* surge de mãos erguidas gritando para os camponeses: «- Digam à minha neta! Digam-lhe que ela tinha razão! Um homem só não vale nada!» (252).

Em *Levantado do Chão*, *António Mau-Tempo* diz que é preciso resistir:

Acham eles que passando nós fome nas nossas terras nos devíamos sujeitar a tudo, mas aí é que se enganam, que a nossa fome é uma fome limpa, e os cardos que temos de ripar, ripam-nos as nossas mãos, que mesmo quando estão sujas, limpas são, não há mãos mais limpas que as nossas, é a primeira coisa que aprendemos quando entramos no quartel, não faz parte da instrução de armas, mas adivinha-se, e um homem pode escolher entre a fome inteira e a vergonha de comer o que nos dão, quando também é certo que a mim me vieram chamar a Monte Lavre para servir a pátria, mas servir a pátria não sei o que seja, se a pátria é minha mãe e é meu pai, dizem também, de meus verdadeiros pais sei eu, e todos sabem dos seus, que tiraram à boca para não faltar à nossa, e então a pátria deverá tirar à sua própria boca para não faltar à minha, e se eu tiver de comer cardos, coma-os a pátria comigo, ou então uns são filhos da pátria e os outros são filhos da puta. (225)

Em *Fanga*, a esperança nasce da recusa do *Caixinha* em se resignar, no dia

em que, na praça, se junta aos homens que recusam o trabalho por um preço de miséria, contrariando o que fizera o pai: «É que eu era um homem com uma alma só, sabendo já o que queria e sentindo que o futuro estava no cabo da minha gadanha» (382).

Em *Suão*, é Osório que fala para *Chico*, o *Pouca-Lã*, depois de este sair da cadeia:

- Temos de ter esperança no dia de amanhã, Chico! A esperança é que segura muitos homens à vida. Eu sou um sonhador. Tu e milhares de homens como tu, são sonhadores... E eles não gostam das pessoas que sonhem... Vê bem: o Alentejo não tem sombra porque tardam em dar-lha! A população aumenta, mecanizam-se os trabalhos agrícolas, o desemprego é crónico... O Alentejo é o filho bastardo de Portugal!... Há portugueses, aqui nascidos e criados, ganhão, passam fome sete meses por ano!... Tem confiança na vida, Chico! Não vês este vento? Ele vai-se embora. Fartou-se de estragar os campos e o coração da malta. O suão foge novamente para África, está aí a Primavera, tu vais fazer mais versos, os prados estão a florir de novo! (255)

*Zé Miguel*, em *O Muro Branco*, sobrevive a uma tentativa de suicídio, afogado em dívidas. A esperança não passa por ele mas está nas linhas finais, materializada no poder do colectivo e na alegria de um assobiar:

Perto do hospital há um homem sentado num banco. Olha inquieto à sua volta, mas sorri quando outro homem se aproxima de lancheira na mão. Cumprimentam-se, falam em voz baixa e ambos parecem atentos a tudo o que se passa à sua volta. Depois, não percebo, o que chegou fica sentado e o primeiro agarra na lancheira do outro e desaparece na luz da tarde, em passos largos, olhando para trás. Caminha depressa até à esquina e aí pára a acender um cigarro.

Quando retoma a marcha, sente-se calmo. E então começa a assobiar.

É estranho!

Quantas pessoas ainda sabem assobiar?!... (333)

Em *A Noite e a Madrugada*, o velho *Parra*, sob as chicotadas do feitor, que o hão-de levar à morte, tem a visão «de um Pomar livre, de gente livre» (224).

E até em *A Raiz e o Vento*, romance de desespero, onde o protagonista, depois de perder tudo, vive a miséria, a fome e a falta de emprego até se tornar um sem-abrigo, toma consciência que não é o único e dessa consciência desponta a esperança:

Talvez já não visse o fim da noite que se aproximava; talvez as pernas se me dobrassem e caísse na rua, sobre a valeta. Talvez morresse ao dobrar aquela esquina ou não conseguisse forças para chegar até lá. Mas não tinha medo. Nem medo nem angústia, porque não me sentia sozinho. Longe ou perto,

conhecidos ou desconhecidos, formávamos uma multidão. E era maravilhoso pensar assim... (179)

## Bibliografia

- ANTUNES, da Silva. *Suão*. Lisboa: Portugalia, 1960.
- BRANDÃO, J. *Os livros e a censura em Portugal*. Vidas Lusófonas webpage, s/d. [http://www.vidaslusofonas.pt/livros\\_e\\_censura.htm](http://www.vidaslusofonas.pt/livros_e_censura.htm), consultado em Outubro de 2013.
- BRANDÃO, J. *Livros proibidos nos anos da ditadura. 1933-1974*, 2012. <http://expresso.sapo.pt/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543>, consultado em Outubro de 2013.
- CALDEIRA, Alfredo; Andringa, Diana. *Em Defesa de Aquilino Ribeiro*. Lisboa: Terramar, 1994
- CARVALHO, A. Arons de. *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973.
- CARVALHO, A. Arons de.; Cardoso, A. Monteiro. *Da Liberdade de Imprensa*. Lisboa: Ed. Meridiano, 1971.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986
- CUNHA, Fernanda. *A paisagem e as palavras que lá estão, Levantado do Chão, um romance político*. Lisboa: Apenas Livros, 2012.
- FERREIRA DE CASTRO. *A Lã e a Neve*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- FONSECA, Manuel da. *Seara de Vento*. Lisboa: Forja, 1980.
- NAMORA, Fernando. *A Noite e a Madrugada*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.
- PENEDO, Leão. *A Raiz e o Vento*. Lisboa: Vega, 1995.

PORDATA webpage. <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>

REDOL, Alves. *Fanga*, 2ª ed.. Lisboa: Editorial Inquérito, 1943.

REDOL, Alves. *Fanga*. Lisboa: Caminho, 1995.

REDOL, Alves. *O Muro Branco*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1968.

REDOL, Alves. *Os Reinegros*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1968.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*. Lisboa: ed. Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*. Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, Vol. VII.

SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho, 1983.

**Isabel Vasconcelos Ferreira** é licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. De 1973 a 2011, foi professora de História e Língua Portuguesa do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Colabora no projecto LITESCAPE.PT - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental. Interessa-se por Literatura, História e Política.

## Retrato literário da luta pelo pão, pelo trabalho e pela liberdade

Ana Isabel Queiroz

---

O retrato literário proporcionado conjuntamente por obras de Ferreira de Castro, José Rodrigues Miguéis, Alves Redol, Manuel da Fonseca, Leão Penedo, Fernando Namora, Antunes da Silva e José Saramago atravessa a crise e a queda da Monarquia Portuguesa, a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo, até à Revolução do 25 de Abril de 1974. Este *corpus* literário compreende registos das vivências quotidianas das classes desfavorecidas, e momentos marcantes da prática política e do trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais. Ele faz eco de episódios de luta travada pelos camponeses (em *A Fanga* e *O Muro Branco*, de Alves Redol, *Retalhos da Vida de um Médico* e *A Noite e a Madrugada*, de Fernando Namora, *Suão*, de Antunes da Silva, *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca, e *Levantado do Chão*, de José Saramago) e pelos operários (dos lanifícios, em *A Lã e Neve*, de Ferreira de Castro; da construção civil, em *O Milagre segundo Salomé*, de José Rodrigues Miguéis; carregadores do porto de Lisboa, em *Os Reinegros*, de Alves Redol), descrevendo contextos rurais e urbanos submetidos à mesma ordem política e económica.

As reivindicações laborais aparecem no discurso narrativo como catalisadores de uma vontade colectiva de mudança: em grupos espontâneos ou em estruturas sindicais, revelam-se os movimentos de contestação. Sobre estes paira a organização partidária, mais ou menos explícita. Em todos os regimes abrangidos, estas narrativas descrevem formas de repressão às contestações. Patrões, a administração local ou o poder central são os agentes da prepotência, da retaliação, e da agressão violenta. Paira um temor sobre a sociedade, uma retracção nas palavras e nos actos, que incobre os pensamentos e as práticas: o medo de perder o emprego, o medo de ser denunciado, o medo da prisão. Apesar disso, as personagens destas narrativas de ficção lutam pelo pão, pelo trabalho e pela liberdade.

Através do cruzamento com referências da História Contemporânea, evidenciam-se as ressonâncias literárias da organização política contra os regimes que se sucederam no poder e das suas manifestações (e.g. reuniões, greves, desfiles e outras formas de contestação de massas). Destacam-se ainda as representações de militância política e as formas de repressão destinadas a silenciar estes opositoristas.

## Movimentos reivindicativos e organização política

Desde o declínio monárquico finissecular, já nos campos e nas cidades se agitavam aqueles que pelo trabalho recebiam baixas remunerações, horários prolongados, falta de condições de segurança e nenhuma protecção na doença e velhice. Esbatendo as diferenças entre os regimes políticos que vigoraram nas duas primeiras décadas do século XX, e apelidando de «inocentes» os muitos que esperaram que a mudança se repercutisse nas suas vidas de miséria e humilhação, José Saramago escreveu: «entre o latifúndio monárquico e o latifúndio republicano não se viam diferenças e as parecências eram todas» (*Levantado do Chão* 34). Com o 5 de Outubro de 1910, não chegaram ao país rural<sup>1</sup>, mudanças na redistribuição da riqueza nem se concretizou o objectivo de *reconstrução cultural da nação*, advogado por Teófilo de Braga (Sardica 2011). Na capital, onde a participação dos cidadãos nos acontecimentos políticos era mais activa, a desilusão daqueles que aclamaram a revolução é narrada por Alves Redol, através de *Alfredo Reinegro*. Sujeito ainda à miséria dos salários, ele interroga-se sobre o empenho dos governantes republicanos na defesa dos trabalhadores: «Com greves não se faz nada. A república trabalha para vocês; o que querem mais? - Justiça, seu Luís.» (*Os Reinegros* 199); «- O novo regime está adoptando processos piores que a monarquia e, para a sua manutenção, o Governo precisa de garantir os interesses dos proletários» (*idem* 203).

As greves e as manifestações populares, que se tinham tornado comuns na viragem do século, marcam o quotidiano do país republicano. Uma vaga reivindicativa rebenta logo em Novembro de 1910. Como reacção, o recém impossado Governo Provisório publica a primeira lei das greves (Decreto de 6 de Dezembro de 1910), causando forte contestação no movimento operário da época. Ainda que reconhecida como um direito, a greve deveria obedecer a um conjunto de condições, então consideradas inaceitáveis: eram impostas sanções a todos os que prejudicassem o funcionamento das empresas e impedissem de trabalhar os operários que assim o desejassem; esta só poderia ser decretada com aviso de 12 dias nos sectores da iluminação, água e géneros de primeira necessidade, e 8 dias nos restantes; deste regime estavam excluídos os funcionários públicos e assalariados do Governo e das autarquias, assim como aos arsenalistas e telégrafos-postais.

Do surto reivindicativo que se viveu nas fábricas de lanifícios da Covilhã alude Ferreira de Castro, através de *Marreta*: «[n]o tempo em que podíamos fazer greves e eu morava na Covilhã, era o pão de cada dia» (*A Lã e a Neve* 144).



Também nos campos retratados por José Saramago, ao mando do latifundiário *Lamberto*, muitos camponeses: «andavam agitados, protestavam contra as geiras e outras servidões, reclamavam contra o mau passadio a que eram condenados por impostos e tributações várias» (*Levantado do Chão* 34).

A luta dos trabalhadores pelo pão terá forçado uma valorização dos salários industriais e urbanos dos proletários portugueses entre a implantação da República e o começo da Primeira Guerra Mundial. Todavia, o diferencial positivo verificado nas remunerações esteve longe de acompanhar a subida do custo de vida, conforme exibem os números apresentados por David Pereira (2009): e.g. na cidade de Lisboa, tendo como referencial os preços em 1900, estes atingiam os 103% em 1910; 109% em 1911, 110% em 1914 e 151% em 1916.

Sobre os princípios ideológicos dos republicanos e a sua transposição para a prática governativa, escreve a historiadora Maria Alice Samara (2010): «O republicanismo cresceu capitalizando a ideia de crise e a de serem o único grupo político capaz de apresentar e de pôr em prática uma solução. (...) Pouco depois de implantada, a jovem República era questionada por uma parte dos republicanos» (376). Reportando-se a António Reis (2002), refere-se aos factores de divisão e de clivagem no seio da sociedade, factores de natureza religiosa, política, económica e cultural. No mesmo sentido, José Rodrigues Migueis tinha já feito eco das questões económicas do momento e sobre a natureza da *crise* que dominava o discurso da época:

Em tudo o mais divergente, a Nação pôs-se de acordo num ponto: estamos em crise. Crise profunda, orgânica, ancestral. Cada qual dá-lhe porém um conteúdo específico diverso: para uns ela é apenas política, para outros, económica e financeira, ou meramente pedagógica e moral. Há mesmo quem pense que a Nação nasceu em crise, ou de uma crise: aleijada. (*O Milagre Segundo Salomé* I 231)

[...] Portugal é um sistema em desequilíbrio crónico irremediável. Não se lhe pode mexer sem estragar tudo. A aliança inglesa (isso ainda existe?) e as ameaças ao Império Colonial, o «perigo espanhol», a reforma agrária impossível sem antagonizar a grande burguesia (e portanto: fome endémica, balança comercial desequilibrada); terra pobre de minérios e portanto sem indústrias; gente bruta e sem iniciativa; não há dinheiro porque não há rendas, e não há rendas porque não há indústrias: e quem é que nos vem tirar do círculo vicioso? (Já um dia tentou chegar a acordo com a Espanha sobre o aproveitamento hidroeléctrico dos rios: levantou-se o carmo-e-a-trindade, e ele desistiu.) Não se pode fazer nada sem capital estrangeiro, mas todos receamos que a finança internacional acabe por se apoderar disto... (*O Milagre Segundo Salomé* I 347-348)

Para além de exigirem melhores salários, os operários lutaram pela segurança no trabalho. Na construção civil, arriscava-se a vida na edificação de prédios de 3, 4 e 5 andares. A queda das alturas, muito frequente, era quase sempre fatal, e cada acidente fazia crescer a revolta dos pedreiros e carpinteiros. Nos últimos tempos da Monarquia, Alves Redol descreve como *Alfredo* perde o seu amigo e colega nas obras da Avenida Rainha D. Amélia (actual Avenida Almirante Reis, em Lisboa) (*Os Reineiros* 149), ficando os familiares dependentes, viúva e filhos, à mercê da solidariedade e caridade pública ou privada.

A Primeira República estabelece um novo quadro de apoio social. A 24 de Julho de 1913 é promulgada a Lei que estabelece o direito à assistência clínica, medicamentos e indemnização para os operários e os empregados vítimas de acidentes no trabalho. Anteriormente, os trabalhadores acidentados e as suas famílias não dispunham de qualquer protecção do Estado.

A Primeira República concede ainda outros direitos de trabalho, publicando um conjunto significativo de diplomas específicos, dos quais se salientam: a 9 de Janeiro de 1911, o decreto que regulamenta o descanso semanal ao domingo; a 5 de Julho de 1918, o Decreto n.º 4546 que estabelece o período de trinta anos de tempo de serviço necessário para os funcionários civis serem aposentados com o máximo de pensão correspondente à classe; a 7 de Maio de 1919, o decreto n.º 5516 que estabelece a jornada de trabalho de 8 horas e a semana de 48 horas, aplicável aos trabalhadores e empregados do Estado, das corporações administrativas, do comércio e da indústria. Mas este pacote legislativo não impede a continuação das reivindicações. À crise financeira de 1891 que erodiu o reinado de D. Carlos e criou condições favoráveis para um amplo apoio popular aos republicanos, seguiu-se um longo período de estagnação económica que afectou a sociedade portuguesa até ao pós-segunda guerra mundial (Santos 2001). Assalariados agrícolas, operários de todos os sectores e funcionários de serviços, vítimas de desemprego e de más condições laborais, foram mantidos numa situação de extrema penúria.

Enquanto a malha urbana de Lisboa se expandia à custa de um exército de operários da construção civil, crescia também um clima de agitação laboral. José Rodrigues Migueis narra uma greve memorável, que calou «o pic-pic dos canteiros» e trouxe o silêncio «sobre as ruas novas, do Pote de Água a Belém, e de Benfica aos Olivais» e o rumor das gentes em desfile, desde o Parque Eduardo VII - local de concentração, ainda «terrenos ondulados e quase nus» - até Belém (*O Milagre Segundo Salomé* II 35), «[a] Construção Civil desfila, electrizada de unidade, homogénea, esmagadora e ressonante» (*idem* 37).

Com receio, «as janelas fecham-se (...) [o]s taipais das lojas protegem as vidraças e as mercadorias» (*ibidem*). Os lojistas, que aderiram em massa ao republicanismo a partir da década de 1890 (Alves 2012), temem agora danos e pilhagens de algum colectivo mais exaltado. Mas esta multidão é ordeira, e encontra outras formas de exibir o seu descontentamento. Cantando, revela o cariz ideológico da sua organização: «[d]esembocam no Rossio, vasto e vazio como a arena do Colosseum. A voz abre as formidáveis asas, assusta as pombas do Libertador: *Duma terra sem a-a-a-amos,/a In-ter-na-cio-nal!...*» (*idem* 38)<sup>2</sup>. Afinal, os manifestantes não marcham, apenas por questões sindicais. Tal como em outras lutas pela Europa, estão descontentes com os republicanos e aspiram a um governo operário, que os possa representar e defender.

José Rodrigues Miguéis também faz eco de outras tendências: «Santo Deus - mais cortejos, mais bombas, talvez assaltos... Como acabará isto? A ordem social está em perigo. É a anarquia, o bolchevismo, o fim de tudo!» (*O Milagre segundo Salomé* I 313), é o que se ouve de «homens ponderados», que na Farmácia Azevedo «comentam os acontecimentos e se lamentam sobre as desgraças dos tempos, do regime, da agricultura e dos câmbios» (*idem* 312). Estes «homens ponderados», possíveis representações dos alinhados com o Partido Socialista, fundado em 1875 por José Fontana e outros, constituíam «o interlocutor ordeiro» do complexo espectro político da Primeira República, alinhado com o guerrismo e distanciado das lutas sociais e do sindicalismo (Rosas 2004, 71). Apesar de oposicionistas, estes divergiam dos manifestantes, chamados «bolcheviques», numa clara referência do escritor aos militantes do recém-fundado Partido Comunista Português (PCP)<sup>3</sup>, onde José Rodrigues Miguéis inicialmente se posicionou mas em relação ao qual, já em 1930, se procurava «demarcar do dogmatismo, que entende ser fonte de intolerância e sectarismo» (Madeira 1996, 86-87).

Em *O Milagre segundo Salomé*, são ainda referidas forças anarquistas e aos seus órgãos de imprensa. Sobre a corrente revolucionária e libertária, dominante no movimento sindical durante a Primeira República, descreve-se o seu programa político: «os anarco-sindicalistas não reconhecem a autoridade das instituições do Estado, denunciam o fisco e o militarismo, e acreditam que a “greve geral revolucionária”, momento culminante da luta e da resistência sindical ao capitalismo, possa operar a colectivização expropriadora dos meios de produção, a sua autogestão por via sindical e a extinção do Estado» (Rosas *op. cit.* 70). Neste contexto, com dados para o período de 1909 a 1920, José Tengarrinha (1981) contabiliza 3068 greves, uma média de 255,7 por ano.

Na sequência de uma manifestação fortemente reprimida, «[a] imprensa bem falante aplaude, as famílias respiram. Só *A Batalha* foi apreendida» (*O Milagre segundo Salomé* I 318). *A Batalha* jornal operário de tendência anarco-sindicalista foi fundado em 1919, no mesmo ano da Confederação Geral do Trabalho (CGT) portuguesa, de que seria porta-voz. *A Sementeira*, a revista de propaganda e doutrina anarquista mais duradoura do primeiro quartel deste século (Freire 1981), é também mencionada numa passagem correspondente ao início da Ditadura Militar, imediatamente após a tomada do poder pelo denominado *General ABC*: «Suspensa a Constituição, dissolvidos ou paralisados os partidos e os sindicatos, estabelecidas a censura rigorosa e o regime policial, abolidos os direitos de reunião, associação, greve e reclamação (como bem previa *A Sementeira*), a República era uma memória» (*O Milagre segundo Salomé* II 294).

Os anos que se seguem ao 28 de Maio de 1926, sob a égide do regime autoritário, foram de forte repressão. Os movimentos revolucionários, que eclodem entre 1926 e 1931, são vencidos e desmantelados. Mas em 1937, a Frente Popular Portuguesa organiza um atentado a Oliveira Salazar (Madeira 2013). A perseguição das principais figuras do republicanismo, bem como de antigos dirigentes sindicais, criam «um hiato radical, em termos de pessoas, de ideias e até de memória» (Rosas 2004, 82) que dura até quase ao final dos anos de 1930. Para afrontar o sistema social, económico e político do Estado Novo, o PCP será a estrutura clandestina que influenciará fortemente as lutas vividas pelos operários e camponeses até ao 25 de Abril de 1974. O Movimento de Unidade Democrática (MUD), que congregava opositoristas comunistas e não-comunistas, disputará as eleições de 1945, uma máscara de democracia que o regime do Estado Novo se obriga a exhibir.

Dos movimentos de contestação das décadas de 1930 a 1970 fazem eco Alves Redol, Manuel da Fonseca, Ferreira de Castro, Antunes da Silva e José Saramago.

Ferreira de Castro testemunha as greves na indústria dos lanifícios na Covilhã, realizadas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Instados pelos trabalhadores, os empresários recusaram uma distribuição do lucro das fazendas. Desencadeia-se, então, uma greve liderada pelo já poderoso movimento sindical do sector, «porque não podiam viver assim... » (*A Lã e a Neve* 185). Os registos históricos registam greves de operários na Covilhã e no Tortosendo, em 1941, 1945 e 1946 (*Website* da União dos Sindicatos de Castelo Branco).

Nos acontecimentos representados em *A Lã e a Neve*, uma adesão parcial fez abortar os objectivos. Os fura-greves, viriam a retirar força ao protesto e a fazê-lo abortar ao fim de um prolongado período de luta: «- São uns malandros! Não há direito de uma coisa destas! O que eles precisavam é que nós lhes partíssemos a cara! (...) Na véspera, parecia que só meia dúzia deles discordava da greve; mas de manhã, verificara-se que o número dos “amarelos” era maior do que se imaginara» (*idem* 246)<sup>4</sup>. O escritor é sempre subtil quando se refere a níveis de organização que coordenavam as movimentações reivindicativas nas várias localidades: «[d]izia-se (...) que os operários de Gouveia, de Unhais da Serra, de Arentela e até das margens do Vizela iam dar a sua solidariedade aos dali. Fiassem lã ou algodão, todas as fábricas texteis do país paralisariam em breve» (*idem* 254). O mesmo se passa a atestar as desconfianças do poder policial, forçando *Ricardo* a divulgar ligações partidárias: «Parece que pensavam que havia outra coisa e queriam saber quem estava metido nela. Queriam saber também se havia gente de Lisboa que nos dava ordens... Eu fartava-me de dizer que não, que nós tínhamos feito aquilo porque tudo estava caro e o que recebíamos de féria não chegava para nada» (*idem* 305).

Em Montemor-o-Novo, luta-se clandestinamente contra o desemprego e pelo direito ao trabalho, tendo por base estruturas locais de organização onde participam os assalariados rurais:

[E]ncontram-se aos três e aos quatro em sítios escondidos, nos ermos, às vezes em casas abandonadas, vigiando, outras vezes na abrigada de um vale, dois daqui, dois de além, e mantêm grandes conversações. Fala sempre um de cada vez e todos os mais ouvem, quem os visse de longe diria, São malteses, são ciganos, são apóstolos, e quando acabam dispersam-se na paisagem, quando possa ser por caminhos desviados, levando papéis e decisões. A isto tudo chamam organização (*Levantado do Chão* 120-121).

Mais a Sul, no Alentejo nativo de Manuel da Fonseca, a jovem *Mariana Carrusca* destaca-se no seio de uma família amedrontada e humilhada pela condição de pobreza e dependência de um posto de trabalho que só o latifundiário lhes pode conceder. Participa em reuniões, para «[a]cabar com esta miséria em que vivemos. Nós e os outros» (*Seara de Vento* 119).

Pelas pequenas povoações e nos caminhos mais ermos, revela-se a figura sempre discreta do anónimo militante político, que se movimenta silenciosamente, na sua simbólica bicicleta: «Luísa Atouguia borda uma touca para o filho que traz no ventre, enquanto os homens conversam fora do barracão com alguém que chegou de bicicleta» (*O Muro Branco* 235);

«Olímpia das Dores lembrou-se do irmão. O irmão também falava com homens da cidade que chegavam de comboio, ou de bicicleta, e iam conversar para o campo, e o irmão dizia que o mundo ainda havia de dar uma grande volta...» (*Suão* 112). As referências anónimas aos militantes - «alguém», «homens da cidade» -, reforçam o carácter secreto da identidade, uma das bases da prática da clandestinidade. Na realidade, as estruturas partidárias comunistas atribuíam pseudónimos (que usavam dentro do partido) e nomes falsos (uma identidade para o mundo exterior) destinados a iludir a polícia e a proteger os seus membros. Em *O Muro Branco*, à personagem do militante chama-se *Pedro Lourenço*. Ele «pedala noite dentro»: «adivinha que o procuram, recebeu o recado do Zé Miguel, e esse gajo anda de água e pucarinho com os tipos da Câmara, sabe o que eles pensam, anda ao serviço deles, mas não esqueceu a amizade de primos e de antigos camaradas, ainda bem, talvez não tenha apodrecido de todo» (*O Muro Branco* 239-240). Já a heroína de Manuel da Fonseca, identificada com nome próprio e de família - *Mariana Carrusca* -, é quem assume a distribuição da propaganda anti-regime, «certos papéis chegados até eles ninguém sabe como» (*Seara de Vento* 45). Esta menção a um nível superior de organização parece aludir à própria estrutura hierárquica vigente no PCP, que incluía responsáveis, funcionários e dirigentes, acima das bases formadas por militantes. A sombra, como lhe chama José Pacheco-Pereira (1993), envolve a luta pelo pão, pelo trabalho e pela liberdade. É também em reuniões noturnas, que se prepara a reivindicação da jornada de 8 horas para o trabalho nos campos, conquista que só teve lugar em Maio de 1962<sup>5</sup>, a par de um salário digno e justo: «Vamos para as oito horas, basta de trabalhar de sol a sol (...) Amanhã, só trabalharei oito horas (...) Oito horas, só isso e nada mais (...) Não se trata só das oito horas, vamos também reclamar quarenta escudos de salário, se não quisermos morrer de cansa e de fome» (*Levantado do Chão* 333). «[P]elos caminhos do latifúndio» ecoa a voz de *Manuel Espada*, «o cabeça do grupo», um ícone de Monte Lavre:

[E]sse Manuel Espada, que está casado com a filha do Mau-Tempo, ele é que é o cabeça do grupo, respondeu sim senhor, vamos embora, e foram-se todos, e quando vinham no caminho para Monte Lavre, perguntou António Mau-Tempo, E agora, que faremos, (...) Agora faz-se o que estava combinado, juntamo-nos na praça, se a guarda aparecer a querer armar questões vai cada um para sua casa, e amanhã tornamos ao trabalho, oito horas enregamos, como hoje (*idem* 339).

Segundo José Neves (2013), a imagem do militante comunista veiculava

uma «competência técnica» que se acrescentava aos atributos românticos da heroicidade e do aventureirismo. Foi esta, aliás, que sustentou «a extraordinariedade do ser militante» (369). No *corpus* analisado, a personagem literária mais exemplificativa deste atributo é *Marreta*, de Ferreira de Castro. Apesar da sua condição de operário, surge como um mentor cultural no seio dos operários dos lanifícios da Covilhã. Muitos deles analfabetos, reúnem-se clandestinamente na sua casa repleta de livros e ouvem-no atentamente: «demorou-se na catequese, sempre com aquelas palavras de justiça, de bem-estar comum, de igualdade entre os homens, que tornariam os homens mais felizes» (*A Lã e a Neve* 145).

Entre os agitadores retratados, a personagem de *Suão*, *Toino Valentim*, destaca-se pelo seu carácter de pobre renegado, obrigado a fugir da aldeia depois de um conflito laboral. *Toino* não é um militante no sentido que os comunistas lhe atribuíram e, por isso, distingue-se dos heróis literários de Alves Redol, Manuel da Fonseca e José Saramago. Sempre contidos e disciplinados, estes encaixam no quadro de referência da clandestinidade comunista, identificado como um modo de vida e de política suportado por uma cultura e um código moral (Pacheco-Pereira 1993, 11)<sup>6</sup>.

É também específico e original o seu discurso quase lírico. Fundem-se nele os elementos da Natureza, que *Toino* tão bem conhece, com os projectos sociais e políticos que propaga: deia:

Os seus olhos cheios de uma vida intensa, sófregos, perdidos, hipnotizavam os malteses de estrada que o ouviam falar, calados. Falou da vida dos camponeses: «Mexam-se! Não queiram trabalhar para os donos das terras que andam nas capitais a governar-se à custa da nossa miséria! Façam greve! Se é um crime fazer greve, maior crime é o dos donos das terras explorarem a gente!» Falou aos filhos dos camponeses, crianças de 10 anos comendo ervas e ouriços, tengarrinhas e raízes silvestres, crianças de 10 anos que pareciam ter dezasseis e viviam nos matos mal roçados, à cata de coelhos nos maroiços: «Já viram um cuco e uma milheirinha? Pois o cuco é um pássaro de maus costumes. Deixa os ovos nos ninhos dos outros pássaros. O cuco é parecido com os donos das terras e as outras aves somos a gente...!» (*Suão* 153-154).

A acção de *Toino Valentim* não tem enquadramento partidário, e a sua vida de vagabundo furtivo aproxima-o do bandoleirismo atribuído a figuras icónicas das lutas liberais (tais como Zé do Telhado ou João Brandão). O castigo que inflige ao latifundiário *Maldirro* chega sobre a forma de vingança pessoal. Este escapa com a família a um ataque da quadrilha, mas o seu monte é incendiado. Ainda que com características diversas, o atentado e a prática conspirativa

foram constantes na acção da oposição aos regimes políticos no poder (Pimentel 2007, 187). Na década de 1960, afecta à extrema-esquerda, surgiu a Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR). Esta organização ficou célebre pelo desvio de um avião da TAP em 1961 e por um assalto à delegação do Banco de Portugal da Figueira da Foz, de onde foram roubados 30 mil contos. No início dos anos de 1970, o próprio PCP cria a Acção Revolucionária Armada (ARA), que se sabe ter sido responsável por explosões nos navios *Cunene* e *Vera Cruz*. Também as Brigadas Vermelhas (BR), a 7 de Novembro de 1971, reivindicam rebentamentos de explosivos nas instalações da NATO, na Fonte da Telha. Data também deste período, o surgimento de outros movimentos comunistas, ditos “marxistas-leninistas” e “maoistas”, resultantes do distanciamento de alguns militantes das políticas defendidas pelos seguidores do Partido Comunista da URSS.

### Controlo e repressão

Em *Levantado do Chão*, gerações de latifundiários – chamados *Norberto*, *Adalberto* ou *Sigisberto* - exercem o seu poder sobre a terra, considerando seus também os camposeses que os servem, o «povo conservado na banha ou no mel da ignorância» a quem nunca faltaram «ofensores» (74). Diz o narrador, sempre José Saramago, que «não falta por aí latifúndio que tenha o seu cárcere privado e o seu código penal próprio» (80).

*Maldirro Real*, exemplo do patrão agressor, castigava os lacaios atirando-os para um terreiro, onde soltava os seus «cães lobeiros». Depois de sovado pelo cacique *Patalarga*, foi nesse cárcere que se encontrou *Tóino Valentim*:

Os cães aproximavam-se, cada um de seu lado, cercando o prisioneiro, aos pulinhos, como se estivessem brincando, até que num movimento mais rápido, repentinamente raivosos, se atiravam ao desconhecido, rasgando-lhe a roupa e mordendo-o durante o tempo que o lavrador entendesse, pois o biltre punha-se à janela do primeiro andar, assistindo ao bárbaro espectáculo, rindo e fumando no seu cachimbo de barro (*Suão* 137).

Também Fernando Namora, dividido entre a sua profissão de médico e a sua oficina de escrita, descreveu o comportamento abusivo e prepotente dos patrões face aos ganhões. Em “Cardos, cardos na floresta”, capítulo de *Retalhos da Vida de Médico* (Primeira Série), o escritor narra um pedido de socorro: «um lavrador atçou as patas de um cavalo às costelas de um ganhão e alguém veio chamar-me à vila» (95).



No campo, eram feitores, capatazes ou abegãos que exerciam o poderio do patronato, nem sempre tão exposto e presente como os *Bertos*, de José Saramago, ou *Maldirro* de Antunes da Silva. De reparos, chantagens e ameaças era feita a sua relação com os trabalhadores. *Manuel Caixinhas*, herói de Alves Redol, observava o trabalho de dois homens sujeitos ao trabalho violento da enfardadeira: «[N]ão pareciam gente. (...) De vez em quando o abegão que dirigia o trabalho metia a mão ao monte de trigo e falava com o maquinista. Para cada pessoa aquele diabo tinha sempre um defeito a pôr no trabalho» (*Fanga* 144).

Eram também os patrões que informavam a guarda de algum procedimento inadequado, real ou inventado, fazendo subir o castigo do desemprego. O *Palma* foi uma das vítimas: «[n]o posto, acaba por descobrir, após lento interrogatório, que Elias Sobral o acusa do roubo de umas sacas de cevada. Nega, barafusta, ameaça. Mas de nada lhe vale, pois só daí a meses sai da cadeia» (*Seara de Vento* 36).

Para intimidar e punir, os donos da terra, chamavam a guarda repressora, explorando cumplicidades e favores locais:

[À] ordem do cornetim, a tropa avança lírica e guerreira, de sabre desembainhado, a pátria veio à varanda apreciar o lance, e quando os camponeses saem das casas, dos palheiros, dos lugares do gado, recebem no peito o peitoral dos cavalos e nas costas por enquanto as pranchadas, até que Ferrabás, excitado como boi picado de mosca, roda o punho do sabre e cerce corta, talha, pica, cego de raiva, porquê não sabe. Ficaram os camponeses estendidos naquele chão, gemendo suas dores, e recolhidos aos casebres não folgaram, antes cuidaram das feridas o melhor que puderam, com grande gasto de água, sal e teias de aranha. (*Levantado do Chão* 35).

Na capital assolada pela crise da guerra por carestia alimentar e racionamentos, *Alfredo Reinegro*, personagem de Alves Redol, participava na luta dos trabalhadores e era também testemunha de violentas cargas da guarda republicana: «[u]ma manifestação fora ao Parlamento pedir justiça, tendo sido recebida com cargas da guarda republicana, enquanto os manifestantes respondiam à pedrada e a tiro. Os ânimos exaltavam-se mais, em cada dia que passava./ - Tens fome? Patas de cavalo é muito bom» (*Os Reinegros* 203). Ele e outros contestatários eram acusados de perturbar a ordem a soldo dos oposicionistas derrotados a 5 de Outubro de 1910: «[o] coronel José Maria Lopes diz que recebemos dinheiro dos monárquicos. É preciso que saiba, porque todos nós lhe dizemos, que os operários não recebem dinheiro de elementos estranhos para provocarem os movimentos grevistas, pois esse

movimento nasceu do estado social em que vivemos» (*idem* 204). No culminar do enredo, o escritor esclarece ainda a fidelidade da personagem. Herói-martir, *Alfredo Reinegro* morre em Monsanto, ao lado de outros civis em defesa do ideal republicano.

Nos 16 anos da Primeira República, José Manuel Sardica (2011) enumera: «Portugal teve 45 governos (com uma duração média de quatro meses cada um), 30 primeiros-ministros diferentes, outros tantos golpes, intencões e conspirações de várias cores políticas» (52). Foi um período de grande convulsão política e social para o qual parecem ter contribuído, escreve o mesmo historiador, múltiplas razões ideológicas (e.g. laicização institucional) e conjunturais (e.g. Primeira Grande Guerra, 1914-1918).

Nos tumultos que caracterizavam os desfiles operários durante a Primeira República, gritavam-se «vivas e mortas», explodiam petardos. O governo convocava a polícia e o exército, num exercício de autoridade do qual resultavam feridos, e até mortos: «[o] estandarte agita-se, palpita, sombrio como uma chama prestes a extinguir-se, e por fim, na colisão dos cavalos empinados, abate no pavimento: pisam-no, enrodilham-no. Alguns operários isolados, aqui e além, fogem debaixo dos sabres inexoráveis, tintos de sangue» (*O Milagre segundo Salomé* I 316).

As prisões enchiam-se com os agitadores mais destacados. Na Covilhã, quando *Marreta* era ainda um jovem operário, terá sido agredido e encarcerado por liderar uma greve nos lanifícios:

Uma vez um guarda republicano deu-me com a espada, mesmo a matar. Ainda tenho aqui, nas costas, a cicatriz. Outra vez, prenderam-me e meteram-me num buraco escuro da cadeia e assim estive dois meses a fio incomunicável e sem ver a luz do dia. Criei umas barbas maiores do que as do Padre Eterno. Até aqui... – Levou a mão à altura do umbigo e teve de novo, um sorriso infantil. (*A Lã e a Neve* 144)

Os mecanismos de prevenção e repressão política da Primeira República têm sido justificados como resposta às circunstâncias de forte instabilidade e agitação política e social que se viveram entre 1910 e 1926. Uma polícia política, designada Polícia Preventiva, exerceu as suas funções desde o início do regime. Mas com a chegada ao poder de Sidónio Pais, há um significativo reforço das sua capacidade funcional. A este propósito, Maria da Conceição Ribeiro (1995) destaca a atribuição da competência para «prender ou deter suspeitos implicados em crimes políticos ou sociais» (art.6º,3º do Decreto 4058, 05/04/1918) e a criação da Direcção Geral de Segurança Pública, um

organismo superintendente de todas as repartições policiais (Decreto 4166, 27/04/1918). Os organismos policiais com funções de vigilância secreta e prevenção contra a tentativa de crimes políticos serão por várias vezes reorganizados e renomeados, mas o carácter instrutório e a competência para deter prisioneiros manter-se-á sempre associado a um corpo autónomo, a Polícia de Investigação Criminal (Ribeiro, *op.cit.*).

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, o regime instituído suspendeu as liberdades anteriores e a polícia política viu as suas atribuições reforçadas (Ribeiro *op.cit.*): até 1928, no quadro das Polícias de Informações de Lisboa e do Porto; depois desta data, unificando as anteriores, com a criação da Polícia de Informações do Ministério do Interior, a quem compete a «repressão dos crimes sociais» e a quem se permitia que «os autos por ela levantados e as investigações realizadas fazem fé em juízo e valem como corpo de delito» (Decreto 15185, de 17/07/1928). Deste momento até à criação da PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, em 1933, foram dados diversos passos no sentido de incorporar atribuições de vigilância ao nível interno e externo e de tornar mais amplos e eficientes os procedimentos repressivos. Mas o processo não cessa durante o magistério de Salazar. Ao contrário, este decide ainda alargar as suas funções de vigilância às fronteiras marítimas (Decreto-Lei 22 203) e atribuir-lhe competências prisionais (Decreto 24112, 29/07/1934) (Ribeiro *op.cit.*).

*Gabriel*, a personagem de José Rodrigues Miguéis, jornalista e activista político que cobre os acontecimentos que antecedem Ditadura Militar, envolve-se na luta perigosa e clandestina:

[E]le actuava como podia: arriscando a liberdade e a pele, porque a reputação, essa, já ele a dava como perdida. Ajudava a lançar e a distribuir efémeros jornais e panfletos clandestinos, colhia fundos de socorro a presos, exilados, e deportados. Fazia ligações de elementos civis e militares; ía a reuniões, escondia foragidos, levava-os à fronteira disfarçados (um deles de mulher!), carregava armas, munições, e peças de metralhadora. Que mais podia fazer? (*Milagre segundo Salomé II 295*).

Enquanto na Europa, anos mais tarde, um «Hitler Horques Alemão mandará ajuntar crianças de doze e treze anos para fazer delas os últimos batalhões da derrota» (*Levantado do Chão 118*), a representação da luta dos camponeses do Alentejo prossegue num clima de extrema violência:

É a polícia política, não imaginas, um tipo vai para lá, e se há um gajo qualquer de quem a gente não gosta, prende-o, leva-o para o governo civil, e se entenderes espetas-lhe um tiro na cabeça, dizes que ele queria resistir e

pronto. É um cavalo que rebenta as portas das casas a coice, come à mesa do latifúndio com o padre Agamedes e joga às cartas com a guarda enquanto o poldro Bom-Tempo dá patadas na cabeça do preso. Por cidades, vila, aldeias e todos os mais lugares os cavalos encontram-se, relincham, esfregam os focinhos uns nos outros, trocam segredos e denúncias, inventam violências persuasivas e persuasões violentas, e por causa disto mesmo já todos vimos que não pertencem à raça cavalar (*idem* 119).

As movimentações populares são fortemente reprimidas e o número de vítimas é difícil de contabilizar: «uma velha camponesa chora no passeio, garante que viu um homem ferido e os outros repetem que já viram um homem morto, (...) o sino da igreja começa a tocar a rebate, e então ouvem-se tiros, quatro ou cinco tiros para o ar, o ar apanha os tiros e deita quatro ou cinco fios de sangue imaginário que empoça na cabeça aturdida das pessoas em fuga» (*O Muro Branco* 248-249).

Irene F. Pimentel (2007) acompanha a actuação da polícia política do Estado Novo, designada PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (entre 1933 e 1945), PIDE – Polícia Internacional para a Defesa do Estado (entre 1945 e 1969) e DGS – Direcção Geral de Segurança (após 1969 e até à sua extinção com o 25 de Abril de 1974), dando conta dos procedimentos de interrogatório e tortura dos presos. Os espancamentos terão sido particularmente utilizados nos primeiros anos, e terão concorrido para a morte de um número significativo de detidos.

José Saramago dedica *Levantado do Chão* a duas personalidades reais, Germano Vidigal e José Adelino dos Santos, vítimas mortais dos espancamentos da PIDE. No romance, o escritor reconta os momentos finais do herói *Germano Vidigal*. Este é preso pela guarda de Montemor-o-Novo num ajuntamento de grevistas na Praça de Touros desta localidade. Daí sai para ser interrogado no posto. As formigas são testemunhas da brutalidade criminosa que o conduz à morte: «[C]aiu o homem e logo os outros o levantaram de empuxão, gritaram-lhe duas perguntas diferentes, como seria possível dar as respostas mesmo querendo dá-las, e não é o caso, porque o homem que caiu e foi levantado irá morrer sem dizer uma palavra que seja» (169-170). Os interrogatórios continuam, e o preso esvai-se dolorosamente: «Germano Santos Vidigal deixa cair os braços, a cabeça descai-lhe para o peito, a luz apaga-se dentro do seu cérebro» (175). Os guardas que o brutalizaram, simulam um enforcamento.

O romance regressa mais adiante ao tema da prisão e da tortura, com a detenção de *João Mau-Tempo*, trazido do posto local da guarda para os calabouços

de Caxias. Primeiro «na situação de incomunicabilidade, não tem visitas nem pode escrever à família» (*Levantado do Chão* 245); ao vigésimo quinto dia, é levado para interrogatório a sede da PIDE, acusado de ser militante comunista: «[e]ntão que andavas lá a fazer na tua terra, Andava a trabalhar para ganhar com que alimentar a minha família (...) A trabalhar ou a espalhar avantes, julgas que nós não sabemos (...) andavas a levar no cu, tu e os teus amigos davam o cu ao controleiro para lhes ensinar a doutrina de Moscovo» (*idem* 249).

Estas descrições são muito semelhantes aos relatos pessoais de militantes presos nesse período. Algumas destacadas figuras do Partido Comunista Português foram torturados pelos métodos descritos por José Saramago. Diversos exemplos são mencionados na obra de Irene F. Pimentel (2007): Francisco Miguel foi submetido, durante 30 dias e noites, em três etapas, à «estátua» à privação do sono; Alvaro Cunhal considerava a incomunicabilidade, de que foi alvo durante 12 anos, como a pior das torturas; alguns detidos, sobretudo mulheres, eram sujeitos a calúnias, ameaças e chantagem com a família.

O *Dossier P.I.D.E.. Os horrores e crimes de uma “polícia”* (1974) inclui o depoimento de Francisco Inácio da Costa, militante do PCP a partir de 1937. Este narra que, quando detido em 1945, recusou repetidamente revelar informação contida num mapa que lhe tinha sido apreendido. Na Cadeia do Aljube, sofreu episódios de interrogatório prolongado, com ofensas verbais e espancamentos. Conta que, mantendo-se a sua determinação de não falar, foi também transportado à sede da polícia política, local onde as torturas se revestiram de novas formas. Nas instalações da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, o preso foi submetido à «estátua»:

[D]eterminou-me, como castigo, ficar de pé, a olhar para uma parede verde, até me resolver a responder às suas perguntas. Ele bem via e sabia que o meu estado de saúde não me permitia mais torturas.

Obrigou-me a passar 26 horas naquela posição. Os pés e as pernas incharam-me a tal ponto que já me era impossível sustentar de pé. O coração parecia querer-me saltar do peito. Até que senti uma perturbação tão grande na cabeça que caí sem forças. Quando me levantaram, tinha vômitos e não podia falar. Sentaram-me numa cadeira, amparado a uma secretária. Pouco depois regressiei ao Aljube (104).

No retrato literário construído com os contributos de grandes escritores da Literatura Portuguesa do século XX, a luta não aparece tolhida pelo pavor da detenção, da tortura ou da morte. Quando, na década de 1940, no decurso das greves dos lanifícios, a guarda da Covilhã prende homens, mulheres e

adolescentes em protesto, são os companheiros, as famílias, e é todo o povo pobre dependente do sustento da lã que reclama liberdade: «A multidão, surpreendida e vacilante, calou-se. Depois reagiu e tudo se passou rapidamente. Operários e operárias corriam pela estrada, atrás dos seus, que iam presos. Berravam e protestavam e, chegados à cidade, em todos os casebres das ruelas proletárias soaram vozes de levantamento» (*A Lã e a Neve* 249).

A mesma força popular testemunha Fernando Namora, no caso da morte de uma jovem, accidental ou criminosa, não se conclui sobre a origem. Mas o despotismo do guarda *Rocha*, encarregue do levantamento dos factos, revolta a população: «- Então levo a velha presa! Preciso de prender alguém. Os camponeses fecharam o cerco, as suas faces estavam rígidas. Haviam perdido o medo. Eram, finalmente, senhores da sua força. O Rocha compreendeu o perigo e desorientou-se» (“A mulher afogada”, *Retalhos da Vida de um Médico* (Primeira Série) 39-40).

O conteúdo narrativo dos excertos literários transcritos no decurso deste capítulo, apela à mudança profunda das relações económicas e sociais que envolveram o mundo do trabalho e da governação. No século XX, os escritores empenhados em «iluminarem as massas», iluminaram-se com «sinais de luz nas próprias massas» (Neves 2010, 197).

José Saramago, ele próprio esclarecido sobre a realidade da luta no latifúndio alentejano após um contacto com os camponeses, concluirá aqui a ilustração das ressonâncias na Literatura das lutas dos movimentos sociais durante o século XX. No mês de Abril do ano de 1974, a satisfação provém do facto de não ser necessário «esconder-se por aí, para combinar, organizar, (...) voltar constantemente ao princípio, ligar os de confiança, animar os indecisos, tranquilizar os temerosos, e mesmo agora ainda há quem não acredite que a festa do primeiro de Maio possa ser às claras como dizem os jornais» (*Levantado do Chão* 355).

Nessa primavera, em que cresceram as horas de sol e as noites se tornaram mais curtas, a luta continuou, porque nas relações laborais nada se tinha ainda modificado:

[T]ão pouco tempo passado depois de Abril e Maio, voltaram ao latifúndio os rigores conhecidos, não os de guarda e pide, que uma se acabou e outra vive dentro do posto, olhando a rua pela janela fechada. (...) Tanto se apregoou de mudanças e esperanças, (...) e eu quero trabalhar e não tenho onde, quem me explica que revolução é esta (*idem* 357).

Na aurora da Revolução dos Cravos, a luta que aqui se deixa de contar prenuncia a da Reforma Agrária, que a seguir se fará.

De acordo com as fontes estudadas por David Pereira (2009), em 1911, 55,8% da população activa laborava na agricultura; esta «imensa massa agrícola», referido por este historiador, incluía «o proletariado agrícola, que apenas detinha a sua força de trabalho, vendida em troca de um salário; o semi-proletariado agrícola, mais numeroso e que englobava centenas de milhares de proprietários de minúsculas ou pequenas parcelas de terra que não asseguravam o sustento e necessitavam de alienar de forma mais ou menos irregular; os camponeses pobres, que arrendavam uma pequena propriedade, garantindo precariamente a sua subsistência e não recorrendo ao trabalho assalariado; os médios camponeses, que possuíam uma propriedade de média dimensão e usavam já o trabalho assalariado de forma mais ou menos irregular; os camponeses ricos que empregavam trabalhadores assalariados para explorarem a sua propriedade; os latifundiários e rendeiros capitalistas, que exploravam grandes propriedades e viviam do lucro e da renda proveniente das suas terras» (81-82).

<sup>2</sup> *A Internacional*, o hino que serviu de base a vários partidos políticos de ideologia anarquista e marxista, remonta aos finais do século XIX: a letra original, em francês, foi escrita por Eugène Pottier (1816-1887), um dos membros da Comuna de Paris; Pierre De Geyter (1848–1932) transformou o poema em canção; a primeira versão portuguesa, da autoria de Neno Vasco (1878 - 1923), data de 1909 ([http://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Internacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Internacional)).

<sup>3</sup> Na linha da repercussão internacional da Revolução Russa de 1917, que já em 1919 criara no país a Federação Maximalista Portuguesa, funda-se o Partido Comunista Português (PCP), em 6 de Março de 1921. Os seus militantes provinham do forte movimento sindical que constituiu a CGT - Confederação Geral do Trabalho, em Setembro de 1919. O termo português “bolchevique” deriva de uma palavra da língua russa (большевик, transliteração “bolshevik”), e significa “maioritário”. Assim foram chamados os integrantes da facção do Partido Operário Social-Democrata Russo, então liderada por Lenine.

<sup>4</sup> A denominação decorre da fama de fura-greves tida pelos orientais no século XIX, em França.

<sup>5</sup> Note-se que a jornada de trabalho de 8 horas para a generalidade dos trabalhadores tinha sido conquistada em 1919.

<sup>6</sup> Exemplifica-se a retórica da “moral comunista” com “base objectiva” com uma passagem da autoria de Álvaro Cunhal (1985): «Ser comunista não é apenas uma forma de agir politicamente, É uma forma de pensar, de sentir e de viver. E isso significa que os comunistas não só têm objectivos político-sociais, não só têm uma ideologia e um ideal de transformação de sociedade, como têm uma moral própria, diferente da moral da burguesia e superior a ela» (193).



## Bibliografia

- A INTERNACIONAL, Wikipédia, a enciclopédia livre, [http://pt.wikipedia.org/wiki/A\\_Internacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Internacional), consultado em Fevereiro de 2013.
- ALVES, Daniel. *A República atrás do balcão [1870-1910]. Os logistas de Lisboa e o fim da Monarquia*. Chamusca: Edições Cosmos, 2012
- ANTUNES, da Silva. *Suão*. Lisboa: Portugália, 1960.
- CUNHAL, Álvaro. *O Partido com Paredes de Vidro*, Lisboa: Edições Avante!, 1985.
- FERREIRA, de Castro. *A Lã e a Neve*. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- FONSECA, Manuel da. *Seara de Vento*. Lisboa: Forja, 1980.
- FREIRE, João. «A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques. *Análise Social*, col. XVII (67-68), 1981: 3º e 4º: 767-826.
- MADEIRA, João. *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*. Lisboa: Ed. Estampa, 1996.
- MADEIRA, João. *1937 - O atentado a Salazar*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- MIGUEIS, José Rodrigues. *O Milagre Segundo Salomé*, vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, 2000.
- MIGUEIS, José Rodrigues. *O Milagre Segundo Salomé*, vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 2002.
- NAMORA, Fernando. *A Noite e a Madrugada*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.
- NAMORA, Fernando. *Retratos da Vida de um médico* (Primeira Série). Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

- NEVES, José. *Comunismo e Nacionalismo Em Portugal. Política, Cultura e História Do Século XX*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- PACHECO-PEREIRA, José. *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- PEREIRA, David. A Sociedade. Rosas, F. e Rollo, F. (Eds.) *História da Primeira República Portuguesa*, 79-92. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- PIMENTEL, Irene Flunser. *A História Da PIDE*. Mem Martins: Lisboa: Círculo dos Leitores e Temas & Debates, 2007.
- RIBEIRO, Maria da Conceição. *Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995.
- REDOL, Alves. *Fanga*. Lisboa: Caminho, 1995.
- REDOL, Alves. *O Muro Branco*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1968.
- REDOL, Alves. *Os Reinegros*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1968.
- ROSAS, Fernando. *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976). Ensaio Histórico*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- SAMARA, Maria Alice. *As Repúblicas da República. História, Cultura Política e Republicanismo*. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal. FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SANTOS, Luís Aguiar. A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*, vol. XXXVI(158-159), 2001, 185-207.
- SARAMAGO, José. *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho, 1983.
- SARDICA, José Miguel. *O Século XX Português*. Lisboa: Texto, 2011.

TENGARRINHA, José. As Greves Em Portugal: Uma Perspectiva Histórica Do Século XVIII a 1920. *Análise Social*, vol. XVII(67-68), 1981, 573-601.

UNIÃO DOS SINDICATOS DE CASTELO BRANCO, <http://www.uscb.pt/uscb.php>, consultado em Fevereiro de 2013.

**Ana Isabel Queiroz** é doutorada em Arquitectura Paisagista e investigadora do IELT-FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Desenvolve trabalho nas áreas do ecocriticismo, história ambiental e humanidades digitais. Coordena o projecto “[LITESCAPE.PT](http://LITESCAPE.PT) - Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental” (<http://paisagensliterarias.ielt.org>).

## LITESCAPE.PT – Paisagens literárias de Portugal Continental

É uma série académica que inclui artigos, ensaios, crónicas e outras narrativas, que explora a relação entre a paisagem e a literatura. Publicam-se trabalhos de investigação desenvolvidos no quadro do projecto “Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental” (<http://paisagensliterarias.ielt.org>) e outros textos de temáticas relacionadas.